



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Pedro Filipe dos Santos Alves](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 12 minutos.

Em continuação da discussão, na especialidade, da proposta de lei n.º 254/XII (4.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2015, após terem usado da palavra, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (Paulo Nuncio) e da Solidariedade e da Segurança Social (Agostinho Branquinho), os Deputados [Nuno Serra](#) (PSD), [João Ramos](#) (PCP), [Jacinto Serrão](#) (PS) — que também solicitou a distribuição de documentação —, [Carla Cruz](#) (PCP), [Helena Pinto](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Hugo Veloso](#) (PSD), [Miguel Tiago](#) (PCP), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Michael Seufert](#) (CDS-PP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Eduardo Cabrita](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) e [João Oliveira](#) (PCP), foram rejeitadas propostas avocadas pelo Plenário relativas a artigos 176.º-A e 176.º-B, ao artigo 177.º, a um artigo 177.º-B, ao artigo 178.º, a artigos 179.º-B, 184.º-B e 234.º-A e aos artigos 239.º e 1.º e aprovadas propostas avocadas pelo Plenário relativas ao artigo 184.º, a um artigo

198.º-A e aos artigos 201.º e 212.º, tendo sido aprovada a assunção das votações realizadas em Comissão relativas aos artigos 177.º, 178.º, 184.º, 201.º, 212.º e 1.º da proposta de lei.

No encerramento do debate, intervieram os Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Catarina Martins](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Ferro Rodrigues](#) (PS), [Luís Montenegro](#) (PSD) e a Ministra de Estado e das Finanças (Maria Luís Albuquerque).

De seguida, a Câmara aprovou, em votação final global, aquela proposta de lei, bem como o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à proposta de lei n.º 253/XII (4.ª) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

Entretanto, deu entrada na Mesa a proposta de lei n.º 263/XII (4.ª).

A Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Vamos prosseguir o debate, na especialidade, da proposta de lei n.º 254/XII (4.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2015.

Peço que aguardem uns momentos para que a Mesa termine de organizar o debate para facilitar o processo de discussão e votação.

Pausa.

Vamos, então, dar início ao debate.

O guião das propostas de alteração vem hoje mais longo, por isso a Mesa demorou mais tempo a organizá-lo.

Como aconteceu nas duas últimas sessões plenárias, vamos ter um período inicial de debate sobre avocações, tendo sido atribuído a cada partido 5 minutos.

Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Serra.

O Sr. **Nuno Serra** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para o PSD e para o seu fundador Francisco Sá Carneiro, a pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. Colocar a pessoa acima de qualquer interesse é o ADN do Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD.

Foi com esse desígnio que o PSD entrou na atividade governativa. Governar é para todos, para todas as gerações, para todas as famílias, para todos os indivíduos, para todas as classes sociais, desde o indivíduo mais novo ao mais velho.

Foram aqui avocadas quatro medidas que traduzem aquilo que é a matriz social-democrata: o quociente familiar no que diz respeito ao IMI; o alargamento, de uma forma automática, à isenção de IMI para famílias de baixos rendimentos, que vai abranger mais de 50 000 famílias — esta é a demonstração cabal de que é a pensar nas famílias, nas futuras gerações que se constrói um Portugal de amanhã; o IVA forfetário, que vai abranger 127 000 pequenos produtores que, muitos deles, fazem uma agricultura familiar, que produzem para a sua subsistência — é mais uma prova de que este Governo pensa também naqueles que, muitas vezes, lá no interior do País, trabalham e procuram a sua sustentação; a devolução de 50% do IVA para IPSS e Santas Casas relativamente aos bens e serviços de alimentação e bebidas contratados para utilização nos serviços de auxílio aos outros. Como já aqui foi demonstrado, foi um desígnio desde o primeiro dia deste Governo que se deveria dar a oportunidade de defender aqueles que mais precisam àqueles que mais o sabem fazer. Mas, para isso, é preciso ajudar, não o podemos fazer só com palavras, mas com propostas e com ajuda financeira, pelo que esta foi uma forma de este Governo desafogar essas instituições para que possam prestar muito mais auxílio aos outros do que prestaram no passado.

Como eu disse, Portugal, realmente, é um País de amanhã. E para o PSD, governar hoje é pensar nos homens e mulheres do futuro, porque para o PSD, ao contrário do que aconteceu no passado, Portugal não acaba amanhã.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A propaganda do Governo quanto ao sucesso da agricultura tenta esconder as dificuldades que vive a agricultura familiar. Os preços pagos por leite, milho, arroz, mirtilos — estes pagos a 5 cêntimos — são exemplos destas dificuldades.

O sucesso do agronegócio não é o sucesso da agricultura portuguesa, é o sucesso de multinacionais e grandes grupos, mas não dos pequenos e médios agricultores. Apoiar a agricultura portuguesa tem de ser apoiar a agricultura familiar. Um bom início de um programa mais vasto de apoio à agricultura familiar são as propostas do PCP para a isenção do IVA na prestação de serviços agrícolas, maior apoio ao gasóleo agrícola, garantia de financiamento dos programas de sanidade animal, possibilidade de acesso à eletricidade verde por cooperativas, transferência para que o IVDP pague as suas dívidas à Casa do Douro como melhor forma de salvaguarda dos interesses de pequenos viticultores.

Também na área das pescas, em que a rentabilidade da atividade continua ameaçada, propomos a subsídio da gasolina, elemento essencial da segurança das embarcações e o reforço das verbas para valorização do pescado que mantém preços de primeira venda muito baixos, como demonstram preços de pescado na ordem dos 0.20 €.

Estas são medidas para a defesa da produção nacional.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Jacinto Serrão, do PS.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jacinto Serrão** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputados: Fruto das políticas de empobrecimento do Governo, o PIB das Regiões e do País será revisto em baixa pelo sistema europeu de contas, como todos nós sabemos, o que traz pelo menos a vantagem de, finalmente, o PIB de uma Região importante para o País, a Região Autónoma da Madeira, ser revisto em função dos seus valores reais e de verdade, descontando o efeito do empolamento que tem existido ao longo deste tempo. Ou seja, podemos perder, em valores de PIB, cerca de 20% na Região Autónoma da Madeira com estas revisões.

Para que fique bem claro nesta Casa e para o País, o PIB rico de Alberto João Jardim sempre contrastou com o poder de compra pobre da população — sempre! E, por via disso, a Madeira saiu do objetivo 1, perdendo, por incúria do Governo Regional da Madeira, cerca de 500 milhões de euros nos quadros comunitários anteriores.

Além disso, para agravar o poder de compra e para infortúnio dos madeirenses, existem as já comprovadas ilegalidades do Governo Regional da Madeira relativamente às contas públicas, ilegalidades essas que foram encobertas pelo Governo que hoje aqui está sentado nesta Assembleia. Essas ilegalidades foram encobertas pelo Governo da República para encobrir os atos de negligência e de irresponsabilidade do Governo Regional da Madeira, tornando-se assim o Governo da República cúmplice de todas estas dívidas ocultas que aconteceram, na ordem dos 6.3 mil milhões de euros.

Em vez de o Governo da República castigar o executivo de Jardim e as suas irresponsabilidades e arbitrariedades, resolveu colocar o garrote do plano de resgate para castigar o povo inocente da Madeira e do Porto Santo. Foi isto que aconteceu.

Por isso, é da mais elementar justiça esta proposta que nós apresentamos no sentido de que, em função dos valores reais da riqueza da Região e da necessidade de fundos para acudir à coesão também na Região Autónoma da Madeira, sejam revistos os fundos comunitários de maneira a que haja justiça na distribuição de fundos em função do princípio da coesão, tal como são destinados os fundos comunitários.

É esta a proposta que nós avocamos. Espero que a maioria reconsidere a sua posição, faça justiça e não esteja ao lado de quem prevaricou, de quem comete ilegalidades e de quem penaliza o povo, como acontece na Região Autónoma da Madeira, por parte do executivo de Alberto João Jardim. Reconsiderem e apoiem o povo e não a vossa família partidária, que governa a Região Autónoma da Madeira, cometendo ilegalidades, tal como o Governo da República está a encobrir estes atos.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Segue-se no uso da palavra, pelo PCP, a Sr.^a Deputada Carla Cruz.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PCP propõe o reforço de verbas para os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se encontram a trabalhar fora do País para garantir que estes não recebam um salário inferior ao salário mínimo do País onde estão colocados.

Propomos ainda a revogação da propina no ensino de Português no estrangeiro.

Para travar o desmantelamento do Instituto de Investigação Científica e Tropical e garantir o seu normal funcionamento, propomos um reforço de verbas e a integração nos quadros da instituição dos bolseiros de investigação que se encontram a suprir as necessidades permanentes.

Estas são medidas que o Governo se tem sistematicamente recusado a implementar, mas que são da maior e mais elementar justiça.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para proferir a próxima intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto, do BE.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda quer trazer novamente a debate nesta última sessão de discussão do Orçamento do Estado a questão do IMI, imposto municipal sobre imóveis.

Em 2015, as famílias portuguesas não deveriam pagar mais IMI. Já houve aumentos durante três anos. Basta! É preciso dizer ao Governo que basta de aumentos no IMI! Aliás, como a DECO muito bem denunciou, o Governo, ao não atualizar algumas variáveis do cálculo do IMI, como é o caso da idade do imóvel, está a ficar com dinheiro que pertence às famílias e não aos impostos. Foi a DECO que o disse e o Bloco de Esquerda reforçou e trouxe ao debate uma proposta de alteração nesse sentido.

Se não houver uma atualização automática, o Governo fica com dinheiro que não lhe pertence; é dinheiro que pertence às famílias.

Por outro lado, tem de se equacionar a progressividade deste imposto. Aqueles que têm casas que valem tostões não podem pagar na mesma medida daqueles que têm casas que valem milhões. Isto tem de ser alterado.

Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, os senhores falam muito das famílias que estão isentas do pagamento do IMI. Pudera, Sr. Secretário de Estado, são famílias extremamente pobres, são famílias que têm baixos rendimentos para conseguirem fazer face às suas necessidades! Só faltava que ainda tivessem de pagar IMI!

Mas aquilo que o Sr. Secretário de Estado tem de justificar é como para 2015 vai existir um aumento brutal do IMI. As outras famílias também não aguentam.

Aliás, se há exemplo clarificador nesta matéria é o exemplo das isenções de IMI e, por isso, o Bloco de Esquerda, mais uma vez, traz à consideração das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados a questão. Vamos, de uma vez por todas, acabar com as isenções aos fundos imobiliários. Os fundos imobiliários têm uma isenção de 50%. Porquê? Respondam porquê. Trata-se de uma isenção absolutamente imoral.

Acabemos, de uma vez por todas, com este tipo de isenções. Isso, sim, seria um exemplo para todo o País, mas não é isso que o Governo faz. Existe um enorme aumento de IMI para a maioria das famílias portuguesas e os fundos imobiliários continuam a beneficiar de 50% de isenção. É imoral, Sr. Secretário de Estado!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Diana Ferreira, do PCP.

A Sr.^a **Diana Ferreira** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, para cumprir o direito à educação consagrado na Constituição, defender a escola pública e o sistema científico e tecnológico nacional, o PCP propõe o reforço de verbas para as instituições do ensino superior público, pondo fim às propinas, assegurando o pagamento de salários e despesas fixas, respeitando os direitos dos seus profissionais e garantindo condições básicas de funcionamento; para a ação social escolar indireta do ensino superior,

garantindo o normal funcionamento dos serviços de residências, cantinas e outros serviços de apoio aos estudantes; para os laboratórios do Estado, garantindo as suas condições de funcionamento; para os manuais escolares, com a sua gratuitidade na escolaridade obrigatória; para a educação especial, visando uma verdadeira escola inclusiva e respeitando, efetivamente, os direitos fundamentais destas crianças e jovens.

Não são esmolas, não é um favor que este Governo faz. Trata-se de direitos e é responsabilidade do Estado garanti-los. Desta forma se defende a escola pública gratuita de qualidade e inclusiva, assim como um sistema científico e tecnológico nacional ao serviço do desenvolvimento económico, do progresso social do País, e não ao serviço de interesses privados, como sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS têm imposto e este Orçamento perpetua.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa, do PSD.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jacinto Serrão, o PS, enquanto foi Governo, durante seis anos, é que foi cúmplice com aquilo a que chama o «PIB rico».

Aplausos do PSD.

E, agora, tentando emendar a mão por má consciência, apresenta um projeto de resolução que não passa de um «cavaleiro» orçamental, sem qualquer efeito útil.

Sr. Deputado Jacinto Serrão, desafio-o a aceitar e votar favoravelmente, assim como o Partido Socialista, um projeto de resolução que o PSD vai apresentar relativamente ao futuro Quadro Comunitário de Apoio para, aí sim, a Região Autónoma da Madeira não ser prejudicada como foi quando a negociação foi feita pelo Partido Socialista. Este é um aspeto fundamental que tem de ser aqui denunciado.

Portanto, Sr. Deputado, este é um desafio que lhe faço. E vou terminar deixando-lhe um outro desafio. Há uma norma do Orçamento que prevê que se o PIB for alterado haverá mais Fundo de Coesão para a Região. Esta, sim, é uma norma que o Sr. Deputado Jacinto Serrão e o Partido Socialista deviam votar favoravelmente.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, porque sem um financiamento público a cultura se converte numa mercadoria, porque sem o financiamento do Estado, que somos todos, a cultura fica apenas ao alcance de alguns, o PCP propõe a planificação do investimento do Estado na cultura até atingir 1% do PIB. Trata-se de uma justa reclamação dos criadores, dos artistas, dos trabalhadores das artes e dos espetáculos e dos portugueses em geral.

O PCP propõe, para atingir esse objetivo, uma planificação em cinco anos, atingindo 1% do PIB, mas propõe já para este ano uma duplicação das verbas de funcionamento e de investimento na área da cultura para começar a concretizar, desde já, esse objetivo de longo prazo. Portanto, 1% do PIB daqui a cinco anos; duplicar as verbas, já!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Deputado Jacinto Serrão pede a palavra para interpelar a Mesa. Qual é o assunto, Sr. Deputado?

O Sr. **Jacinto Serrão** (PS): — Sr.^a Presidente, gostaria de pedir à Mesa que fizesse distribuir informação que julgo ser útil para este debate.

Uma vez que o Sr. Deputado Hugo Velosa fez aqui acusações de que nós éramos cúmplices de um conjunto de ilegalidades no governo regional, eu gostaria que a Sr.^a Presidente fizesse distribuir ao Sr. Deputado Hugo Velosa e aos diversos grupos parlamentares o processo «Cuba livre»,...

A Sr.^a **Presidente**: — Fica claro, Sr. Deputado.

O Sr. **Jacinto Serrão** (PS): — ... um processo que dá conta que o Governo da República não colaborou com a justiça no apuramento da verdade das dívidas, ao todo de 6,3 mil milhões de euros.

Sr. Deputado, processo «Cuba livre»!

A Sr.^a **Presidente**: — Fica claro e registado, Sr. Deputado.

Prosseguindo com o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Os Verdes requereram a avocação pelo Plenário de duas propostas. A primeira delas prende-se com a reposição do IVA da restauração à taxa de 13%, primeiro porque consideramos que essa é uma medida extraordinariamente importante para estimular a economia e, depois, porque é preciso desmascarar aquilo que o Sr. Secretário de Estado, por duas ou três vezes, tentou fazer em Plenário e que repetiu ontem, de modo, julgo, a enganar a sociedade portuguesa. Porquê? Porque o Sr. Secretário de Estado diz recorrentemente que uma boa parte dos países da União Europeia paga IVA à taxa normal, como quem diz aos portugueses «pagam o mesmo que nós, 23%. É isto que os portugueses entendem, face à nossa realidade, como IVA à taxa normal. É essa a mensagem enganadora que o Sr. Secretário de Estado quer fazer passar.

Contudo, é preciso esclarecer que noutros países relativamente próximos de nós essa não é a realidade. A restauração paga, em termos de IVA, 10% em Espanha, 7% em França, 10% em Itália e 8% no Chipre. E outros exemplos poderiam ser dados. Portanto, a realidade é bem diferente e as condições para estimular este setor noutros países são muitíssimo diferentes daquelas que existem em Portugal.

Isto para dizer que, na nossa perspetiva, o Governo continua a carregar injustamente sobre o setor da restauração, que poderia dar um contributo muito maior à dinamização da nossa economia. Portanto, não consideramos justa a mensagem enganadora que o Sr. Secretário de Estado permanentemente procura fazer passar.

Por outro lado, avocámos também a nossa proposta relativa à dedução das despesas com passes sociais em sede de IRS.

Consideramos que o estímulo à utilização do transporte coletivo tem vantagens ambientais, sociais e económicas extraordinárias e, face à proposta que o Governo apresentou de fiscalidade ambiental, consideramos que não é dado um sinal da necessidade de promover a utilização do transporte coletivo para um novo paradigma de mobilidade em Portugal. Isso parece-nos extraordinariamente claro.

A proposta que Os Verdes apresentaram é, justamente, um sinal para estimular os cidadãos portugueses à utilização do transporte coletivo.

Disse o Sr. Secretário de Estado ontem que «não faz mal, porque, para o ano, as pessoas vão até deduzir essas despesas num bolo de despesas familiares em sede de IRS». Não consideramos que essa solução seja boa, Sr. Secretário de Estado. É que, tal como outras despesas, as despesas com os transportes coletivos deveriam ser uma categoria autonomizada, porque esse é o sinal para que o estímulo seja encontrado e porque dentro do bolo das despesas familiares, que é relativamente pequeno, esse estímulo pode não ser dado.

Consideramos que se, de facto, houvesse uma preocupação rigorosa do Governo com este novo paradigma de mobilidade e com a promoção destes objetivos, designadamente de ordem ambiental, esta proposta seria aprovada.

Lamentamos, por isso, que a maioria e o Governo deem permanentemente sinais errados à nossa sociedade e à nossa economia.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra Michael Seufert, do CDS-PP.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jacinto Serrão, ainda em relação às questões da Região Autónoma da Madeira, deixe-me dizer-lhe que a atualização do PIB regional, devido ao novo sistema de contabilização, está prevista no Orçamento do Estado, não foi preciso vir o Partido Socialista lembrar o Governo dessa necessidade.

Enfim, vindo essa proposta da bancada que disse, tal como o Sr. Deputado afirmou, que foi por causa das políticas de empobrecimento do Governo que se mudou o sistema nacional de contabilização, isso diz muito!

Mas devo dizer-lhe uma coisa que a alteração ao sistema nacional de contabilização permitiu, Sr. Deputado: permitiu que a dívida que os Governos do Partido Socialista escondiam nas empresas públicas viessem ao de cima e que, agora, o perímetro orçamental seja muito mais bem conhecido pelos portugueses, podendo avaliar também seis anos de política e desorçamentação de uma forma mais transparente.

Passamos às propostas que avocámos, nomeadamente no que diz respeito aos impostos.

Em relação ao IVA, a nossa proposta permite que as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) possam receber uma devolução de IVA de uma forma mais acentuada. Sabemos bem que há neste Parlamento quem tenha uma desconfiança em relação a estas instituições, mas não encontrarão isso nas duas bancadas da maioria, que reconhecem o trabalho das IPSS de solidariedade social e o seu papel fundamental no sistema nacional de solidariedade social.

Em relação ao IMI, apresentámos uma medida que protege as famílias, nomeadamente, pela introdução de uma espécie de quociente familiar neste imposto. Achamos absolutamente fundamental que esta medida seja aprovada e gostaríamos de contar com as bancadas da oposição para isso.

Por fim, Sr.^a Presidente, uma palavra apenas quanto às propostas que dizem respeito aos mapas e às transferências para os mapas. Dei-me ao trabalho de contar e de somar e verifiquei que, entre as propostas do Partido Socialista e do Partido Comunista, há um reforço de 889 milhões de euros nestas rubricas, portanto, 0,5% do PIB, Sr.^a Presidente, que vem do ar, porventura... E como não vem do ar, nós sabemos de onde vem: da dívida. O Partido Socialista e o Partido Comunista querem reforçar...

Protesto da Deputada do PCP Rita Rato.

Peço desculpa, a Sr.^a Deputada tem toda a razão: não querem dívida, querem aumentar os impostos aos portugueses. É isso que querem fazer: 0,5% do PIB para os portugueses pagarem mais! Nós chumbaremos essas propostas!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Este é o Orçamento que faz com que os portugueses paguem menos impostos em 2015, já em janeiro, no seu IRS, e não há proposta da oposição que fará inverter essa marcha desta maioria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é uma suprema ironia ir falar depois do CDS, o extinto partido do contribuinte e que agora vinha anunciar estar contra o aumento de impostos....

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Mas ainda tem líder!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Pois é exatamente de aumento de impostos que eu vou falar. Chama-se IRS, foi aumentado em 3000 milhões de euros por este Governo — 3000 milhões de euros! — e tem como um dos seus pilares, uma das suas bases, a sobretaxa de IRS, que era extraordinária, fazia parte do enorme aumento de impostos e que, agora, vai vigorar em todos os anos deste Governo.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Não precisa disso para ganhar o partido!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Afinal, até com uma reforma que é estrutural do IRS, o que este Governo diz e esta maioria aplaude é este enorme aumento de impostos e a manutenção da sobretaxa de IRS.

Hoje aqui todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados da maioria vão ser confrontados com a sua palavra. Disseram às pessoas que era extraordinária a sobretaxa de IRS. Agora votaremos se ela vigorará, ou não, no Orçamento do Estado para 2015 e, por isso, para lá do mandato quer das Sr.^{as} e Srs. Deputados, quer deste Governo.

Mas há um repto que não deixarei de fazer, porque o Partido Socialista, desde o início, se dizia contra a sobretaxa. Por isso, espero nada mais, nada menos, que a manutenção dessa posição e que venham aqui dizer que estão contra esta sobretaxa, porque se não, afinal, vemos que entre as taxas e as taxinhas não há assim nada que diferencie tanto o PSD e o CDS do Partido Socialista.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cabrita, do PS.

O Sr. **Eduardo Cabrita** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a e Srs. Secretários de Estado, estamos a acabar um debate do Orçamento do Estado que se distingue pela forma como o Governo e a maioria conseguiram aprovar apenas uma das centenas de propostas da oposição e, designadamente, das dezenas de propostas do PS que visam ajudar os portugueses, dar mais justiça, promover a competitividade, promover a economia, mas que não podem transformar este mau Orçamento num Orçamento minimamente aceitável.

Mas este é o último momento para o Governo ser confrontado com as suas escolhas. Qual é a opção do Governo? O Governo está ao serviço dos fundos imobiliários, que quer continuar a isentar, ou está disponível para aprovar a salvaguarda do IMI e a defesa das famílias ou pretende defender os fundos imobiliários enquanto fecha os olhos à perda das casas com penhoras por dívidas fiscais de bagatelas?

Aplausos do PS.

É essa a primeira escolha a que têm de responder, porque é uma opção. O PS dá a alternativa de receita.

O Governo está aqui para destruir a ideia de segurança, de estabilidade e de previsibilidade fiscal e da promoção do emprego, apostando, unilateralmente, num bónus fiscal de 247 milhões de euros, basicamente, às grandes empresas, ou, como a propaganda andou a dizer, vai o Governo começar a baixar a sobretaxa? Porque este Orçamento refere que os portugueses vão continuar a pagar um IRS que aumentou 45%, depois da grande reforma fiscal de 2013. É essa a verdade deste Orçamento, em que as grandes empresas vão ter um bónus fiscal de 247 milhões de euros.

Por último, este Governo pretende continuar a cortar nas prestações sociais ou quer promover o emprego e a economia local, votando a baixa do IVA da restauração?

São três opções, muito simples, que têm alternativa de receita e relativamente às quais é muito claro escolher onde e com quem está o Governo: com as famílias que vão pagar IMI e que arriscam perder as casas, com as empresas da restauração que criam emprego ou com os fundos imobiliários e com as grandes empresas, que vão beneficiar com a injustificada e iníqua baixa de IRC, desarticulada de qualquer outra evolução fiscal. Vamos ver com quem é que está o Governo.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais inscreveu-se para intervir.
Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais** (Paulo Nuncio): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente por, mais uma vez, me permitir o uso da palavra.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a demagogia tem limites.

Relativamente à questão dos fundos, sejamos claros: foi o Governo anterior que repôs a isenção de IMI e de IMT e foi este Governo que reduziu essa isenção para 50%.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS, do PCP e do BE.

Foi este Governo que aumentou a tributação sobre os rendimentos prediais desses fundos e foi o Governo anterior que isentou de IMI e de IMT esses fundos. O Governo anterior e a maioria socialista que assumam essa responsabilidade!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É uma vergonha!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Quanto à questão da sobretaxa, é engraçado que o Bloco de Esquerda fale da sobretaxa e que se esqueça do crédito fiscal.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Já começa o espetáculo!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Crédito fiscal que foi introduzido por este Governo e que representa um verdadeiro direito do contribuinte que permitirá um reembolso, total ou parcial, da sobretaxa paga em 2015, sendo a primeira vez que se fixa um limite na lei, a partir do qual o excedente de receita reverterá diretamente para o bolso dos contribuintes e não servirá para pagar despesa pública ou para cobrir o défice orçamental.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Se o crédito fiscal estivesse em vigor em 2013, os contribuintes teriam recebido o reembolso da totalidade da sobretaxa em 2014. O mesmo se passa relativamente a 2015 e o Governo tudo fará para que isso seja possível em 2016.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, acabe com a sobretaxa para 2015!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, ainda uma nota sobre a reforma do IRC. Toda a gente já percebeu que o Governo cumpriu o acordo e que foi o Partido Socialista que não o honrou. Isso, hoje, é claro para toda a gente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda ontem, a bancada do PS brandiu, com artigos de jornal, como se — pasme-se! — títulos de jornal valessem mais do que acordos escritos. Não valem. O que vale são os acordos escritos previstos na lei, e esses acordos são muito claros, Sr. Deputado. Esta postura só demonstra a má consciência do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Mas, mais importante do que a violação do acordo, é o que esta decisão do Partido Socialista significa na sua nova postura. Neste momento difícil que o País atravessa, o novo/velho PS fez as suas escolhas: em vez de previsibilidade fiscal, o novo/velho PS escolheu a estabilidade.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Em vez de sentido de responsabilidade, o novo/velho PS escolheu a demagogia populista.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Em vez do sentido de responsabilidade do Estado, o novo/velho PS escolheu o radicalismo de esquerda, próximo do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda.

O novo/velho PS fez as suas escolhas e os portugueses sabem, a partir de hoje, que não podem contar com o PS no futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se, também para intervir, pelo PSD, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como se infere dos requerimentos de avocação, resulta bem claro que os políticos não são todos iguais e que os partidos políticos também não são todos iguais.

De um lado, temos os partidos da maioria, determinados em construir um País sustentável, soberano, com as contas em ordem, o que demanda um esforço coletivo significativo.

Do outro lado, estão os partidos da oposição, apostados em transmitir aos portugueses que o nível de esforço que lhes está a ser exigido não é necessário e, mais, que é possível aumentar a despesa pública e, simultaneamente, reduzir a carga fiscal.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — E é!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — São absolutamente indiferentes à circunstância de, no atual quadro, isso significar mais défice, mais dívida e mais impostos no futuro.

Com uma facilidade estonteante, o Bloco de Esquerda advoga a eliminação da sobretaxa em sede de IRS; o Partido Ecologista «Os Verdes» advoga a alteração do IVA da restauração; o Partido Comunista Português, indiretamente, defende o não cumprimento das metas do défice, como se tudo isto não acarretasse qualquer custo, como se tudo isto fosse indolor.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Foi o melhor que arranjou para dizer?!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, de um lado, temos os partidos da maioria, pilares da estabilidade, que honram os seus compromissos. Do outro lado, teremos o Partido Socialista, o maior partido da oposição, que dá o dito por não dito, que rasga o acordo celebrado em torno da reforma do IRC.

Protestos do Deputado do PS Eduardo Cabrita.

Sr. Deputado Eduardo Cabrita, Srs. Deputados do Partido Socialista, não há dialética, não há narrativa socialista que possa alterar a verdade dos factos.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou o tempo da sua intervenção, que já está negativo. Queira terminar.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Vou já terminar, pedindo a mesma tolerância que usou para com os oradores anteriores, Sr.^a Presidente.

A verdade é que o Partido Socialista violou esse acordo, não porque o Governo não o tenha cumprido, mas, quiçá, porque o mesmo foi celebrado pelo anterior Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **Eduardo Cabrita** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, vou concluir, dizendo que, de um lado, temos os partidos da maioria preocupados com o futuro das próximas gerações, e, do lado contrário, da oposição, temos os partidos apenas preocupados com as próximas eleições.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Sr. Deputado Michael Seufert, registo que não disseram uma palavra sobre as propostas fiscais que o PCP apresentou. E registo que o não fizeram certamente por má consciência, porque ontem, na COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) chumbaram as propostas que apresentámos, e chumbaram-nas, obviamente, porque a natureza da vossa política é o que é.

Nós apresentámos um conjunto de propostas que significavam não só a eliminação da sobretaxa no IRS e a reposição da cláusula de salvaguarda no IML, mas também propostas fiscais que permitiam aliviar os impostos aos trabalhadores e aos pequenos e médios empresários, tributando de forma mais justa as grandes empresas e o grande capital.

Vozes do PCP: — Ora bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Apresentámos propostas fiscais quantificadas, Sr. Deputado Michael Seufert, que significavam uma redução de impostos aos trabalhadores e às pequenas e médias empresas de 5500 milhões de euros, em sede de IRS, em sede de IVA e também em sede de IRC, com as medidas de tributação que propomos, nomeadamente em relação à definição do teto de 12 500 € para tributação dos lucros das pequenas e médias empresas.

Ao mesmo tempo, apresentámos propostas que permitiriam cobrar 9310 milhões de euros de impostos sobre o grande capital, sobre as grandes empresas, sobre as transações financeiras e sobre o património imobiliário. Obviamente que esses são os interesses que os senhores servem, por isso recusam estas propostas.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas estas propostas não são apenas de elementar justiça fiscal, como também são propostas que permitem financiar o Estado para cumprir as suas funções sociais na saúde, na educação, na cultura e na segurança social.

Estas são, Sr.^{as} e Srs. Deputados, propostas que rompem efetivamente com a política de direita e que apontam um caminho alternativo para o País e, portanto, não espanta que os senhores as recusem, mas vão ter de continuar a ser confrontados com elas, porque ao terem a opção de penalizar os trabalhadores, de continuar o saque fiscal sobre os trabalhadores...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — ... e de perpetuarem a injustiça fiscal, têm de a assumir e de ser confrontados com ela.

Para terminar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado Paulo Nuncio, o vosso crédito fiscal é tão bom que tiveram de criar uma cláusula de salvaguarda para proteger os portugueses dessa benfeitoria que introduzem.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Mas, neste Orçamento do Estado, há um outro artigo que marca a diferença e o critério desta política. Trata-se do artigo que pretende perpetuar todas as medidas temporárias da troica, o artigo 239.º. Este artigo, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é a marca da natureza desta política. Os senhores querem perpetuar todas as malfetorias que fizeram nestes últimos três anos e é por isso que têm de ser responsabilizados e por isso continuarão a enfrentar a nossa oposição.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreve-se ainda o Sr. Deputado Michael Seufert, do CDS-PP.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Oliveira, referiu-se às propostas da maioria como propostas que visam dar benefícios às empresas que os senhores servem.

Deixe-me dizer-lhe, muito claramente, Sr. Deputado, que posso só falar em meu nome de consciência completamente tranquila, mas já o Sr. Deputado, que se senta numa bancada que durante 25 anos serviu um regime estrangeiro, em que as pessoas eram presas por darem conta da sua opinião...

Protestos do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Peço desculpa, mas se o senhor não quer ouvir considerações políticas sobre a sua bancada, não faça considerações pessoais sobre as outras bancadas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Se o senhor não quer ouvir considerações políticas sobre a sua bancada, não faça considerações pessoais sobre os Deputados das outras bancadas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Deputado, sei que custa estar num Parlamento em que há opiniões diferentes das do Partido Comunista Português, mas também se fez o 25 de novembro por causa disso!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP.

Eu sei, Sr. Deputado, que o 25 de novembro é uma data que custa ao Partido Comunista Português! Eu sei disso, Sr. Deputado, mas foi isso que permitiu que pudesse haver partidos nesta Casa que não fossem comunistas.

Gostava de lhe dizer, Sr. Deputado, que a quantificação que o Partido Comunista faz das receitas de impostos que cria é, em muitos casos, infelizmente, fictícia. O Sr. Deputado pode inventar impostos, nomeadamente sobre as empresas, mas essas receitas que os senhores arbitram em 5 mil milhões de euros, como é evidente só existem durante um dia porque, no dia seguinte, as empresas dizem «se calhar, fazemos

melhor negócio em Espanha, se calhar fazemos melhor negócio em França, se calhar fazemos melhor negócio em...» Olhe, na Bulgária, na Ucrânia, na Roménia, nos países libertados há 25 anos do jugo comunista!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP.

Protestos da Deputada do BE, Mariana Mortágua.

E deixe-me dizer-lhe que aquilo que esta maioria faz é, no final de três anos de políticas difíceis — é verdade!... E digo-lhe, Sr. Deputado, que nós, muitas vezes, não gostávamos de ter tido de as fazer!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Gostavam, gostavam!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — O Sr. Deputado assume que salvar o País é uma coisa fácil, mas salvar o País não é uma coisa fácil...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr.^a Presidente, dentro da capacidade que a Câmara...

Protestos do PCP.

A opinião livre é uma coisa difícil de tolerar. Percebo isso, mas também perceba, Sr. Deputado, que foram três anos difíceis, mas que permitem que no ano que vem nós estejamos abaixo do limite do défice e possamos baixar os impostos aos portugueses e possamos, sobretudo, dizer que, durante três anos, houve quem achasse que nós não iríamos cumprir e até quiseram e desejaram que nós falhássemos. Os portugueses não falharam e esta maioria terá todos os dias a liberdade, neste Parlamento, de lembrar isso aos portugueses.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Só faltou tirar o visto *gold* da cartola!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.

O Sr. **Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social** (Agostinho Branquinho): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há cerca de ano e meio, esta Câmara aprovou, por unanimidade, a Lei de Bases da Economia Social e, portanto, de seguida, havia que dar corpo, em termos de políticas públicas, a essa Lei. E foi isso que o Governo tem vindo a fazer.

Apesar de uma parte de o Partido Socialista, que é o principal partido da oposição, ter vindo a pôr em causa algumas dessas medidas, nomeadamente a contratualização de serviços com as instituições do setor social e solidário, o Governo prosseguiu nessa senda daquilo que parece ser mais justo para obtermos um país mais coeso e mais solidário.

E foi isso que aconteceu neste Orçamento do Estado, quando introduzimos uma cláusula que permite a devolução de uma parte do IVA das refeições às instituições de solidariedade social. Estamos a falar de mais 11 milhões de euros que as instituições vão ter.

Portanto, ontem, o Partido Socialista, em Comissão, absteve-se nesta matéria, caiu a máscara. Mas, hoje, o Partido Socialista tem uma nova oportunidade para rever essa sua posição, que é uma posição inaceitável para as instituições, e votar favoravelmente essa questão aqui, em Plenário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, creio que termina aqui o debate inicial relativo às avocações. Vamos agora proceder à votação dos artigos avocados.

Pausa.

Ainda há um pedido de intervenção por parte do Governo. Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, por me dar a possibilidade de falar uma última vez neste debate.

Gostaria de referir que a posição do Partido Comunista não é nova. O Partido Comunista, em matéria de impostos, é coerente. O Partido Comunista sempre teve uma postura contra a iniciativa privada. Para o Partido Comunista, não haveria empresas e, por isso, a lógica do Partido Comunista é perfeitamente razoável e normal.

Protestos do PCP.

O que gostaria de salientar neste debate é que, cada vez mais, o discurso do novo/velho PS é mais próximo do discurso do Partido Comunista, o novo/velho PS abandonou uma postura de responsabilidade, o novo/velho PS abandonou uma postura de sentido de Estado e o novo/velho PS tem, cada vez mais, um discurso de radicalismo de esquerda que se aproxima do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda.

Risos do PS.

Protestos do BE.

O novo/velho PS fez a sua escolha e os portugueses sabem que não podem contar com o novo/velho PS do futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Agora sim, vamos passar à votação dos artigos avocados.
Em primeiro lugar, vamos proceder à verificação do quórum, utilizando o sistema eletrónico.
Srs. Deputados, peço o favor de se registarem.

Pausa.

Srs. Deputados, o quadro eletrónico regista 217 presenças, às quais se acrescentam 2, perfazendo 219 Deputados, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Segundo o acordo prévio das bancadas, vamos votar alguns artigos agregadamente e outros em separado, conforme foi deliberado por consenso.

Começamos por votar a proposta 69-C, do PCP, de aditamento de um artigo 176.^o-A — Revogação da Nova Lei do Arrendamento Urbano — Lei n.^o 31/2012, de 14 de agosto.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

Artigo 176.º-A

Revogação da Nova Lei do Arrendamento Urbano — Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto

1 – É revogada a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, altera o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, reprimando as normas por esta revogadas.

2 – São, consequentemente, revogados o Decreto-Lei n.º 1/2013, de 7 de janeiro, que procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo, bem como o Decreto-Lei n.º 266-C/2012, de 31 de agosto, que procede à adaptação à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, dos Decretos-Lei n.º 158/2006 e n.º 160/2006, ambos de 8 de agosto.

3 – Pela presente lei fica suspensa a atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista no artigo 24.º, bem como a atualização da renda ao abrigo do regime constante dos artigos 30.º a 56.º, da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação originária.

4 – Pela presente lei fica suspensa, igualmente, a correção extraordinária das rendas prevista no artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de setembro, que determina que as rendas dos prédios arrendados para habitação em data anterior a 1980 podem ser objeto de correção extraordinária durante a vigência do contrato.

5 – Ficam suspensas quaisquer outras atualizações de renda, independentemente do fim a que o arrendamento se destine, constantes de outros diplomas legais.

A Sr.ª **Presidente**: — Votamos agora a proposta 440-C, do PS, de aditamento de um artigo 176.º-B.

Em primeiro lugar, a pedido do PCP, votamos o artigo 49.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, constante da proposta 440-C.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era o seguinte:

Artigo 176.º-B

Alteração à Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Os artigos 49.º e 59.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 49.º
[...]

1 —

2 —

3 — A percentagem a que se refere o número anterior é de: 71%, quando $\frac{\text{PIBPCR}(\text{índice } t-4)}{\text{PIBPCN}(\text{índice } t-4)} < 0,90$ 440C 61%, quando $0,90$ (igual ou menor que) $\frac{\text{PIBPCR}(\text{índice } t-4)}{\text{PIBPCN}(\text{índice } t-4)} < 0,95$ 51%, quando $0,95$ (igual ou menor que) $\frac{\text{PIBPCR}(\text{índice } t-4)}{\text{PIBPCN}(\text{índice } t-4)} < 1$ 0%, quando $\frac{\text{PIBPCR}(\text{índice } t-4)}{\text{PIBPCN}(\text{índice } t-4)}$ (igual ou maior que) 1 sendo:

[...]

A Sr.ª **Presidente**: — Votamos agora o artigo 59.º da mesma Lei constante da proposta 440-C.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era o seguinte:

«Artigo 59.º

[...]

1 —

2 — As assembleias legislativas das regiões autónomas podem ainda, nos termos da lei, diminuir as taxas nacionais do IRS, do IRC e do IVA, até ao limite de 30%, e dos impostos especiais de consumo, de acordo com a legislação em vigor.

3 —

4 —

5 —

6 —»

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos agora ao artigo 177.º — Sobretaxa em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e crédito fiscal.

Sobre este artigo existem três propostas, que votaremos conjuntamente.

Assim, vamos votar a proposta 119-C, do BE, a proposta 16-C, do PCP, e a proposta 109-C, de Os Verdes, todas de eliminação do artigo 177.º da proposta de lei.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Eram as seguintes:

(119-C)

Artigo 177.º

Sobretaxa em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e crédito fiscal

(Eliminar.)

—

(16-C)

Artigo 177.º

Sobretaxa em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e Crédito Fiscal

(Eliminar.)

—

(109-C)

Artigo 177.º

Sobretaxa em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e crédito fiscal

(Eliminar.)

A Sr.^a **Presidente**: — Sobre o artigo 177.º, considerando os diferentes números, vamos agora votar a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

Passamos agora a votar a proposta 253-C, de Os Verdes, de aditamento de um artigo 177.º-B — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Era a seguinte:

Artigo 177.ºB

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

O artigo 78.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 78.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g) Às despesas suportadas com a aquisição de passes sociais e outros títulos de transportes coletivos.

h) [anterior alínea g)];

i) [anterior alínea h)];

j) [anterior alínea i)];

k) [anterior alínea j)].

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —»

A Sr.^a **Presidente**: — Votamos agora a proposta 442-C, do PS, de eliminação do artigo 178.º — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

Artigo 178.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*(Eliminar.)*

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, do mesmo modo que fizemos anteriormente, vamos votar a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativas aos demais incisos do artigo 178.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se a votação da proposta 448-C, apresentada pelo PS, de aditamento de um artigo 179.º-B — Alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

Artigo 179.º-B

Alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

Os artigos 19.º, 48.º e 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 19.º

[...]

1 —

2 —

3 —

2 —

5 — *(Novo)* A informação referida no número 1 deve ser fornecida de forma desagregada por código CAE ao nível mais detalhado existente na Autoridade Tributária e Aduaneira.

Artigo 48.º

[...]

Sem prejuízo dos princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca e da equidade intergeracional, o endividamento autárquico orienta-se por princípios de rigor e eficiência, prossequindo os seguintes objetivos:

a)

b)

c)

d)

e) *(Novo)* Gestão preventiva e da liquidez.

Artigo 49.º

[...]

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —

5 — O pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como, no caso dos empréstimos de médio e longo prazo, de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

- 6 —
 7 —
 8 —

9 (Novo) — Além das operações previstas no número 1 e sem prejuízo do estatuído na alínea c) do n.º 7, os municípios podem, no quadro dos princípios orientadores do artigo 48.º, tomar as medidas de reestruturação de passivos, incluindo a contração de empréstimos de substituição, desde que no respeito das maturidades máximas previstas na lei, observando-se o seguinte:

- a) A redução de encargos decorrente da reestruturação deve ser afeta à redução da dívida;
 b) A demonstração de redução da dívida constará da proposta a apresentar à Câmara.

10 (Novo) — Em derrogação do disposto na alínea c) do número 7, durante um período transitório de 3 anos, os municípios podem, no quadro da prevenção de situações de rutura financeira, celebrar acordos com credores com um prazo máximo de 10 anos, sujeitos a aprovação por maioria qualificada da Assembleia Municipal.»

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos ao artigo 184.º — Aditamento ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Vamos votar a proposta 513-C, do PSD e CDS-PP, de emenda dos artigos 59.º-B e 59.º-D do Código do IVA, constante do n.º 1 do artigo 184.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

Artigo 184.º

Aditamento ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

1 — São aditados os artigos 59.º-A, 59.º-B, 59.º-C, 59.º-D e 59.º-E ao Código do IVA, com a seguinte redação:

«(...)

Artigo 59.º-B

Compensação forfetária

1 — Os sujeitos passivos que optem pelo presente regime beneficiam da isenção de imposto prevista no artigo 53.º, podendo ainda solicitar à Autoridade Tributária e Aduaneira uma compensação calculada sobre o preço, determinado de acordo com as regras previstas no artigo 16.º, dos seguintes bens e serviços:

a) Produtos agrícolas transmitidos a outros sujeitos passivos que não beneficiem do presente regime ou de regime idêntico no Estado membro onde se encontrem estabelecidos;

b) Produtos agrícolas expedidos ou transportados com destino a outro Estado membro, cujo adquirente seja uma pessoa coletiva não sujeito passivo, mas que realize no Estado membro de destino ou chegada dos bens aquisições intracomunitárias sujeitas a IVA;

c) Serviços agrícolas prestados a outros sujeitos passivos que não beneficiem do presente regime ou de regime idêntico no Estado membro onde se localizem as operações.

2 — O montante da compensação é calculado mediante a aplicação de uma taxa de 6 % sobre o total das vendas e das prestações de serviços mencionadas no número anterior, realizadas em cada semestre.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, o sujeito passivo envia à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 20 de julho e 20 de janeiro de cada ano um pedido no qual conste o valor das transmissões de bens e a prestações de serviços realizadas no semestre anterior, que conferem o direito a receber a compensação, acompanhado de uma relação dos números de identificação fiscal dos adquirentes ou destinatários nas referidas operações.

4 — O pedido a que se refere o número anterior é apresentado através de modelo a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

5 — Após a análise do pedido, a Autoridade Tributária e Aduaneira procede à restituição do montante calculado nos termos do n.º 2, no prazo de 45 dias contados a partir da data de apresentação do pedido.

(...)

Artigo 59.º-D

Obrigações de faturação, obrigações declarativas e período em que passa a ser devido o imposto

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os sujeitos passivos enquadrados no presente regime estão sujeitos às obrigações aplicáveis aos beneficiários do regime de isenção previsto no artigo 53.º.

2 — As faturas emitidas pela realização das operações referidas no n.º 1 do artigo 59.º-B devem conter a menção «IVA – regime forfetário».

3 — Quando deixarem de se verificar as condições de aplicação do regime, os sujeitos passivos são obrigados a apresentar a declaração de alterações prevista no artigo 32.º, nos seguintes prazos:

a) Durante o mês de janeiro do ano seguinte àquele em que tenha sido atingido um volume de negócios relativo ao conjunto das suas operações tributáveis superior a € 10 000;

b) No prazo de 15 dias a contar da fixação definitiva de um rendimento tributável em sede de IRS ou IRC baseado em volume de negócios superior ao limite referido na alínea anterior;

c) No prazo de 15 dias a contar do momento em que se deixar de verificar qualquer das demais circunstâncias referidas no n.º 1 do artigo 59.º-A.

4 — Sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira disponha de indícios seguros de que um sujeito passivo deixou de reunir as condições previstas no artigo 59.º-A, procede à sua notificação para apresentar a declaração prevista no artigo 32.º, no prazo de 15 dias, com base nos elementos verificados.

5 — Quando em virtude do cumprimento da obrigação a que se referem os n.ºs 3 e 4, o sujeito passivo ficar enquadrado no regime normal de tributação, é devido imposto com referência às operações por si efetuadas a partir do mês seguinte àquele em que se torne obrigatória a entrega da declaração de alterações.

6 — Nos casos em que deixem de se verificar as circunstâncias a que se refere a alínea c) do n.º 3, a aplicação do regime forfetário cessa a partir desse momento.

(...)».

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, do mesmo modo que fizemos anteriormente, vamos votar a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativas aos demais incisos do artigo 184.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação da proposta 153-C, de Os Verdes, de aditamento de um artigo 184.º-B — Aditamento à Lista II anexa ao Código do IVA.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

Artigo 184.º-B (novo)
Aditamento à Lista II anexa ao Código do IVA

São aditadas à Lista II anexa ao Código do IVA, as verbas 3 e 3.1, com a seguinte redação:

3 — Prestações de serviços.

3.1 — Prestações de serviços de alimentação e bebidas.

A Sr.^a **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta 542-C, do PSD e CDS-PP, de aditamento de um artigo 198.º-A — Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

É a seguinte:

Artigo 198.º-A
Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

O artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 112.º
(...)»

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —
- 9 —
- 10 —
- 11 —
- 12 —

13 — Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
-------------------------------	---------------------

1	10%
2	15%
3	20%

14 — (Anterior n.º 13).

15 — (Anterior n.º 14).

16 — (Anterior n.º 15).

17 — (Anterior n.º 16).»

A Sr.ª **Presidente**: — Passamos ao artigo 201.º — Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Vamos votar a proposta 222-C, do Bloco de Esquerda, de substituição do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, constante do artigo 201.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

«Artigo 49.º

Fundos de investimento imobiliário, fundos de pensões e fundos de poupança-reforma

(Revogado.)»

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos à votação da proposta 534-C, do PSD e CDS-PP, de substituição do n.º 4 do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e de aditamento de um novo n.º 5 ao artigo 48.º do mesmo Estatuto, constante do artigo 201.º da proposta de lei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.ª Presidente, solicito que votemos separadamente as duas alterações contidas nesta proposta.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr.ª Presidente, o nosso pedido vai no mesmo sentido do pedido feito pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares

A Sr.ª **Presidente**: — Começamos, então, por votar a proposta 534-C, do PSD e CDS-PP, na parte em que substitui o n.º 4 do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, constante do artigo 201.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.

É a seguinte:

4 — As isenções a que se refere o n.º 1 são automáticas, sendo reconhecidas oficiosamente e com uma periodicidade anual pela Autoridade Tributária e Aduaneira, a partir da data da aquisição dos prédios ou da data da verificação dos respetivos pressupostos.

A Sr.ª **Presidente**: — Vamos, agora, votar a proposta 534-C, do PSD e CDS-PP, na parte em que adita um novo n.º 5 ao artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

É a seguinte:

5 — O não cumprimento atempado, pelo sujeito passivo ou pelos membros do seu agregado familiar, das suas obrigações declarativas em sede de IRS e de IMI, determina a não atribuição das isenções previstas no n.º 1.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, votamos agora a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativas aos demais incisos do artigo 201.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao artigo 212.º — Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Vamos votar a proposta 541-C, do PSD e CDS-PP, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 212.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

É a seguinte:

3 — Durante o ano de 2015 é igualmente restituído um montante equivalente a 50 % do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social, bem como pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativamente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, nos termos do n.º 1, com as devidas adaptações.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, votamos, agora, a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativas aos demais incisos do artigo 212.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação da proposta 400-C, do PS, de aditamento de um artigo 234.º-A — Revisão da atribuição de fundos comunitários na Região Autónoma da Madeira.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.

Era a seguinte:

Artigo 234.º-A

Revisão da atribuição de Fundos Comunitários na Região Autónoma da Madeira

O Governo promove, durante o ano de 2015, junto das instâncias europeias, as negociações necessárias à distribuição de fundos do novo quadro comunitário, com vista a promover os devidos ajustamentos à mais recente avaliação do PIB da Região Autónoma da Madeira, na sequência da aplicação do novo Sistema Europeu de Contas e dos Censos.

A Sr.^a **Presidente**: — Segue-se o artigo 239.º — Vigência de normas dependentes do procedimento por défices excessivos.

Não havendo objeções, vamos votar, em conjunto, as propostas 17-C, 118-C e 301-C, apresentadas, respetivamente, pelo PCP, pelo Bloco de Esquerda e por Os Verdes, de eliminação do artigo 239.º da proposta de lei.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos à votação do artigo 239.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, segue-se o artigo 1.º, que, como indiquei ontem, pela lógica das coisas, vota-se no fim, visto que é referente à aprovação do Orçamento do Estado com os seus mapas.

Assim sendo, vou identificar as propostas de alteração apresentadas pelo PCP e, depois, como foi acordado previamente, vamos votá-las em conjunto. São as seguintes as propostas de alteração apresentadas pelo PCP: 50-C, 52-C, 53-C, 55-C, 56-C, 58-C, 59-C, 62-C, 63-C...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente**: — Trata-se de alguma questão metodológica, Sr. Deputado?

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr.ª Presidente, peço para que seja desagregada a proposta 63-C, sendo que as outras poderemos votar em conjunto.

A Sr.ª **Presidente**: — Assim faremos, Sr. Deputado João Galamba.

Vamos, então, votar as propostas, do PCP, 50-C, 52-C, 53-C, 55-C, 56-C, 58-C, 59-C, 62-C, 317-C, 318-C, 319-C, 320-C, 321-C, 322-C, 323-C, 324-C e 395-C, de alteração aos Mapas.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.

Eram as seguintes:

(50-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

03 — Finanças

60 — Despesas Excepcionais:

02 — Subsídios e Indemnizações Compensatórias: € 95 191 754

Reforço das verbas: € 2 000 000

(52-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

03 — Finanças

60 — Despesas Excepcionais:

02 — Subsídios e Indemnizações Compensatórias: € 138 191 754

Reforço das verbas: € 45 000 000

(53-C)

Mapa XV — Despesas correspondentes a Programas

Programa

P-011 — Agricultura e Mar: € 1 387 007 187

Total Geral dos Programas: € 183 522 883 128

Reforço de Verba: € 1 000 000

(Reforço na Medida 045 — Agricultura, Pecuária, Silv, Caça, Pescas — Pescas, para apoio à organização e associação dos pescadores de pequena pesca para contratualização direta de pescado pouco valorizado em Portugal e apoio à exportação de produtores de pesca transformados)

(55-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

10 — Agricultura e Mar: € 408 698 402

03 — Serviços de intervenção no setor da agricultura, do mar e das florestas: € 177 337 713

(Reforço das verbas: € 15 000 000)

Total: € 140 166 634 614

(56-C)

Mapa XV — Despesas correspondentes a Programas

Programa

P-011 — Agricultura e Mar: € 1 396 007 187

Total Geral dos Programas: € 183 531 883 128

Reforço de Verba: € 10 000 000

(Reforço na Medida 042 — Agricultura, Pecuária, Silv, Caça, Pescas — Agricultura e Pecuária, para compensação do agravamento do ISP que decorre das alterações promovidas na Proposta de Lei n.º 178/2013 (3.ª), no gasóleo «agrícola» pago pelos agricultores)

(58-C)

Mapa XV — Despesas correspondentes a Programas

Programa

P-011 — Agricultura e Mar: € 1 389 007 187

Total Geral dos Programas: € 183 524 883 128

Reforço de Verba: € 3 000 000

(Reforço na Medida 042 — Agricultura, Pecuária, Silv, Caça, Pescas — Agricultura e Pecuária, para alargar o acesso à energia eléctrica no regime bonificado para as explorações agrícolas, às cooperativas e outros agrupamentos de produtores que transformam, armazenam e comercializam produção agro-pecuária dos seus associados)

(59-C)

Mapa V — Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas globais de cada serviço e fundo

[...]

10 — Agricultura e do Mar

[...]

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P.: €19 945 871

Total geral: €44 219 542 348

Reforço das verbas: € 10 000 000

(62-C)

Mapa II — Despesas dos Serviços Integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulo

04 — Negócios Estrangeiros

04 — Cooperação, Língua e Relações Externas: € 55 729 368

(Reforço de € 3 675 000)

(317-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12- Educação e Ciência

[...]

05 — Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio

Reforço de verbas: € 318 327 105

(318-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

05 — Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio

Reforço de verbas: € 8 821 069

(319-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos
[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

03 — Estabelecimentos Públicos de Ensino

Reforço de verbas: € 5 000 000

(320-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos
[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

03 — Estabelecimentos Públicos de Ensino

Reforço de verbas: € 61 028 145

(321-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

05 — Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio

Reforço de verbas: € 237 520 926

(322-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

04 — Serviços Gerais de Apoio à Área do Ensino Superior e à Ciência

Reforço de verbas: € 45 000 000

(323-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12 — Educação e Ciência

[...]

03 — Estabelecimentos Públicos de Ensino

Reforço de verbas: € 63 000 000

(324-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

02 — Presidência do Conselho de Ministros

[...]

03 — Serviços da Secretaria de Estado da Cultura

Reforço de verbas: € 67 779 212

50 — Projetos

Reforço de verbas: € 19 455 330

\

(395-C)

Mapa II — Despesas dos serviços integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos

[...]

12- Educação e Ciência

[...]

04 — Serviços Gerais de Apoio ao Ensino Superior e à Ciência

05 — Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. — Transferência do Orçamento do Estado

Reforço de verbas: € 27 000 000

A Sr.^a **Presidente**: — Votamos, agora, autonomamente, a proposta 63-C, do PCP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS.

Era a seguinte:

Mapa II — Despesas dos Serviços Integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulo

04 — Negócios Estrangeiros

02 — Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE

01 — Serviços de Suporte à Atividade do MNE

01 — Secretária-Geral — Atividades

01. 01. Remunerações certas e permanentes: € 34 400 473

(Reforço de € 1 000 000)

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, votar a assunção das votações ocorridas na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativas aos demais incisos do artigo 1.º.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Concluímos, assim, a votação dos preceitos avocados.

Entretanto, antes de passarmos à segunda fase deste debate, peço ao Sr. Secretário, Deputado Pedro Alves, para dar conta de um diploma que deu entrada na Mesa.

Tem a palavra.

O Sr. **Secretário** (Pedro Alves): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitida, a proposta de lei n.º 263/XII (4.^a) — Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro, que baixa à 1.^a Comissão.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Peço aos Srs. Deputados o favor de aguardarem um minuto para entrarmos na segunda fase do debate.

Como sabem, e para esclarecimento do grande público, segue-se agora a fase de encerramento, havendo intervenções por parte de Deputados dos vários grupos parlamentares e, depois, do Governo.

Pausa.

Antes de passarmos à fase de encerramento, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e todos os Membros do Governo, que já se encontram presentes na Sala.

Vou indicar a ordem das intervenções nesta fase de encerramento do debate. A saber: Partido Ecologista «Os Verdes», Bloco de Esquerda, PCP, CDS-PP, PS, PSD e, finalmente, o Governo.

Pelo Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 2015, que os partidos da maioria se preparam para aprovar e até, muito provavelmente, para aplaudir, é o primeiro Orçamento deste Governo sem a sombra da troica. E a expectativa que o Governo foi alimentando, de que, quando a troica fosse embora, a conversa seria outra, foi, afinal e tão-só, conversa fiada.

A troica foi embora, mas o Governo ficou com as políticas, que continuam presentes em cada opção do Governo, em cada artigo e em cada alínea deste Orçamento do Estado.

A conversa do Governo do «momento de viragem», da «luz ao fundo do túnel», do «fim do protetorado», dos «milagres económicos», dos «relógios a andar para trás» e de tantos «sinais positivos», vemos agora, foi apenas um pretexto. Foi apenas o pretexto para que o Governo aprofundasse as políticas que provocaram já um milhão e meio de desempregados; que empurraram para a emigração milhares e milhares de famílias; que colocaram a fome e a miséria a bater à porta de muitas casas portuguesas; que levaram à destruição da nossa produção; e que engordaram a dívida para números insustentáveis.

E, se dúvidas houvesse sobre a credibilidade da conversa do Governo, elas ficariam absolutamente desfeitas com este Orçamento de Estado.

Um Orçamento que, sem troica, prolonga o túnel da austeridade e mantém o relógio a andar para trás nos sacrifícios impostos aos portugueses, que foram sempre apresentados como provisórios. O maior aumento de impostos sobre o trabalho de que há memória, obra do Governo PSD/CDS, agrava-se agora com este Orçamento e com as leis fiscais que o acompanham com novos impostos indiretos que recaem, de novo, sobre os mesmos.

Um Orçamento que acentua a injustiça fiscal ao voltar a descer, de novo, os impostos das grandes empresas, levando a que a receita do IRC, no próximo ano, corresponda apenas a 35% da receita do IRS, quando, por exemplo, em 2008 os impostos das empresas correspondia a 60% do IRS. Feitas as contas, em 2015 as famílias vão pagar mais 2000 milhões de euros de impostos do que este ano e as grandes empresas, com a diminuição da taxa de IRC, vão pagar menos 800 milhões de euros ao Estado.

Mas as injustiças não se ficam por aqui.

Este Orçamento procede a uma substancial diminuição de transferências para o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e a uma quebra na despesa para a generalidade das prestações sociais, incluindo

as pensões, as prestações de desemprego, o abono de família, o rendimento social de inserção e o complemento solidário para idosos.

Feitas as contas, aos desempregados e às famílias com mais dificuldades, o Governo retira 100 milhões de euros e à banca pede 30 milhões adicionais de contribuição extraordinária, que nem sequer vão para os cofres do Estado, ficando à disposição da banca no respetivo Fundo de Resolução.

Um Orçamento que vem dar mais um contributo para engrossar os números do desemprego, com o despedimento de mais de 12 000 trabalhadores da Administração Pública e a mais encerramentos de serviços públicos, que são, aliás, essenciais para as populações.

Novos e mais cortes nas políticas sociais, sobretudo na educação e na justiça, o que nos mostra a forma como este Governo continua a encarar as funções sociais do Estado.

Um Governo que vende tudo o que é de todos. Privatizações ou concessões de todas as empresas públicas que interessam aos senhores do dinheiro, expurgadas de dívidas, que pagamos todos, e assim garantir, como convém, o aumento dos lucros de quem vier a ficar com elas. Não admira, por isso, que este Orçamento apenas tenha o apoio dos partidos da maioria.

Mas o Governo não está isolado apenas na aprovação deste Orçamento. O Governo também está isolado nas suas previsões demasiado otimistas e que assentam num cenário macroeconómico muito pouco cauteloso, para não dizer absolutamente irreal. Que o diga a OCDE, o Conselho de Finanças Públicas, o Conselho Económico e Social ou, mesmo, a Comissão Europeia. Todo o mundo está errado, só o Governo e os partidos que lhe dão suporte é que estão certos.

E esta certeza levou os partidos da maioria a rejeitar a centena de propostas de alteração que Os Verdes apresentaram neste Orçamento. A saber: propostas de combate ao empobrecimento dos cidadãos; propostas para dinamizar a nossa economia; propostas para uma fiscalidade com impacto ambiental; propostas para se conseguir um novo paradigma em termos de mobilidade; propostas para uma maior e desejável eficiência ambiental.

A todas estas propostas de Os Verdes os partidos da maioria disseram não, como, aliás, disseram não a praticamente todas as propostas da oposição. Curiosamente, os partidos da maioria apenas mostraram abertura para duas propostas com os partidos da oposição, sendo uma delas com o Partido Socialistas para fazer regressar as subvenções vitalícias para os cargos políticos, que em boa hora, acabou por ser retirada.

Tudo o resto não encontrou qualquer abertura da maioria, desde a eliminação dos cortes salariais e das pensões, passando pelos incentivos fiscais à utilização de transportes coletivos até à atualização das pensões mais baixas. Tudo rejeitado.

Srs. Deputados, são opções. É disso que estamos a falar, de opções. Foi uma opção do PSD e do CDS manter a sobretaxa de IRS para quem trabalha e baixar, de novo, o IRC das grandes empresas. Foi uma opção dos partidos da maioria favorecer os lucros das grandes empresas, em vez de aliviar a carga fiscal, que pesa sobre a generalidade das famílias portuguesas. Foi uma opção do PSD e do CDS, como muitas outras neste Orçamento, não favorecer o crescimento económico nem a criação de emprego, penalizar quem trabalha, penalizar os pensionista e penalizar quem não consegue arranjar emprego.

É um Orçamento que continua a semear desemprego, precariedade, emigração forçada, exclusão social e pobreza e, por fim, que reforça a trajetória de empobrecimento do País e dos portugueses.

Para terminar, dizer apenas que os portugueses reclamam, exigem e têm direito a uma política alternativa que promova a justiça social, impulse o crescimento, melhore as condições de vida das pessoas, reduza o desemprego, dinamize o investimento público e a procura interna, porque com este Governo e com este Orçamento, definitivamente, não vamos lá.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Catarina Martins.

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr.^a Presidente, permita-me uma primeira nota: hoje, dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, prestamos homenagem a todas as vítimas: 34 mulheres assassinadas este ano e até final de outubro. Com a renovação do nosso compromisso na luta

contra todas as formas de violência de género, assinalamos a aprovação de uma proposta do Bloco de Esquerda que reforça o apoio social a estas vítimas.

Aplausos do BE.

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Faz agora um ano que, aqui mesmo nesta Sala, o Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, que hoje preferiu outras paragens, se congratulava que o Orçamento que estava a votar era o último apresentado com a troica no País. O pós-troica, dizia-nos o Governo, ia ser o momento de viragem. Um ano passado e, no momento da verdade na política orçamental, nem com uma lupa se detetam diferenças entre o antes e o depois da troica.

O Orçamento para 2015 segue à risca o guião dos últimos anos: mais impostos para todos os cidadãos, nova borla fiscal para os lucros das grandes empresas, a mesma aversão ao investimento, a continuidade dos brutais cortes nos serviços públicos, o enfraquecimento dos direitos de quem trabalha, os salários que não são devolvidos. A troica, como se vê, não saiu do País; a troica é a subserviência à finança; a troica é o ataque ao País; a troica é este Orçamento e este Governo.

Aplausos do BE.

O documento que aqui vamos votar dentro de momentos é o espelho fiel do legado de quatro anos de Governo de maioria de direita. Temos a maior carga fiscal de sempre, o aumento acentuado da pobreza, a crescente desigualdade social, o desemprego a níveis que não conhecíamos há décadas e décadas e a precariedade laboral como norma.

A carga fiscal prevista no Orçamento do Estado para 2015 bate todos os recordes: 37 000 milhões de euros. O Governo prevê que a economia cresça 1,5% e a receita fiscal 4,7%. Que PSD e CDS, mesmo quando a carga fiscal aumenta três vezes mais do que a economia, consigam ter a lata de falar em desagravamento fiscal, revela como a maioria de direita parece ter entrado na fase do vale tudo.

Aplausos do BE.

Ninguém, nem mesmo as bancadas da direita que se preparam para aprovar o Orçamento com um entusiástico coro de palmas e palminhas, acredita no quadro económico traçado pela Ministra das Finanças.

O maior banco privado colapsou e o Governo finge acreditar que isso não vai ter impacto na economia. A obsessão com a austeridade está a levar a Europa para nova estagnação económica e o Governo finge que não se passa nada. Todas as organizações internacionais dizem que os números não valem — hoje mesmo é a OCDE que o afirma — e o Governo assobia para o lado.

Com o Governo recordista dos Orçamentos retificativos, sabemos que só há duas constantes nos Orçamentos do Estado: mentira com os números e assalto ao País para o lucro de uns poucos.

A reiterada e continuada descida do imposto sobre os lucros das grandes empresas é a prova do algodão da duplicidade das medidas do Governo. Em quatro anos, PSD e CDS aumentaram 30% o imposto sobre os rendimentos do trabalho, aumentando ainda o IVA, o IMI e todo o tipo de taxas e taxinhas, e diminuíram mais de 20% a tributação sobre os lucros das grandes empresas. Diz-me a quem diminuis os impostos e dir-te-ei para quem governas.

Pior: ao contrário do prometido, o Governo desceu novamente o IRC sem apresentar qualquer resultado da descida da taxa que já tinha tido lugar no ano passado. Dizia-nos, então, a maioria da direita que diminuíram o IRC para atrair investimento estrangeiro, criando postos de trabalho. Lamentavelmente, a realidade teima em não fazer a vontade ao discurso da direita e o Instituto Nacional de Estatística veio dizer-nos que a maior fatia do diminuto investimento estrangeiro é o resultado dos pantanosos vistos *gold* e da especulação imobiliária à sua volta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Bem pode Paulo Portas perguntar-se, com a naturalidade dos partidos do arco «*job for the boys*» se é o Bloco ou se é uma imobiliária quem cria mais emprego. O País não tem dúvidas: a maioria PSD/CDS é a recordista na destruição de emprego. E o País não está à venda. Não, não pode valer tudo!

Aplausos do BE.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há nenhuma razão para descer a tributação das grandes empresas que não seja a política do privilégio de uns poucos à custa da vida de todos. O mesmo privilégio que encontramos na mais incompreensível proposta de alteração do Orçamento, uma proposta incentivada desde o primeiro momento pelo Governo e apadrinhada pela nova direção do Partido Socialista: a subvenção vitalícia dos antigos titulares de cargos públicos.

Num País onde os salários continuam cortados, a prioridade do PSD e do PS era devolver uma subvenção para a qual ninguém descontou — vale a pena lembrar! É uma medida que nos diz quase tudo sobre as prioridades e as agendas ao avesso dos partidos do bloco central.

Mas o debate dos privilégios teve, ao menos, um mérito: clarifica bem de que lado estamos e, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não estamos todos, claramente, do mesmo lado.

Aplausos do BE.

Não esquecemos a abstenção envergonhada do CDS e, sabendo o peso das palavras, repetimos o que aqui aconteceu foi uma vergonha! Se o Bloco de Esquerda não tivesse denunciado esta vergonha, PS e PSD teriam passado a reposição das subvenções aos Deputados entre os pingos da chuva, no mesmo momento em que mantinham os cortes nas pensões de quem trabalhou e descontou toda uma vida. Este foi só mais um caso.

Protestos da Deputada do PSD Conceição Bessa Ruão.

O IMI aumenta brutalmente para as famílias, mas as isenções mantêm-se para os fundos imobiliários dos especuladores financeiros. O Bloco bateu-se contra mais este abuso, como se bateu pela impenhorabilidade da habitação, que o PSD e o CDS chumbaram.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — O Bloco de Esquerda já tem líder ou não? Isso é que é importante saber!

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto debatíamos este Orçamento, a realidade revelou a crueldade desta lei: uma família pobre viu a sua casa penhorada por uma dívida fiscal mínima e foi a solidariedade do País que a salvou. O Governo apenas a perseguiu, disposto a despejar a família da sua casa e recusou mesmo mudar a lei para evitar casos futuros. É uma vergonha, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo! É uma vergonha!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o legado destes quatro anos é o de uma direita que rasgou o compromisso mínimo que juntou a sociedade durante mais de quatro décadas, ou seja, a ideia de que os serviços públicos constituíam o suporte da democracia e da igualdade dos cidadãos, independentemente das suas posses perante o Estado.

Onde a direita encontrou equidade e igualdade de oportunidades, não descansou enquanto não impôs a seriação e a exclusão. Onde havia solidariedade, a direita não descansou enquanto não escancarou uma hipótese de negócio. Onde havia uma rede do Estado que garantia a dignidade mínima, a direita não descansou enquanto não a substituiu por uma visão caritativa e miserabilista.

É por isso que, não contente por ter transformado o combate às desigualdades e à pobreza num negócio promovido e incentivado por dinheiros públicos, o PSD e o CDS ainda se lembraram da criação de um perverso teto nas despesas sociais. O suporte ideológico para mais um corte nos suspeitos do costume é

sempre o mesmo: o reforço, promovido pelo Ministro, do estigma da fraude cometida pelos mais pobres dos mais pobres.

Na visão da direita, a fraude ou pequena corrupção só existe nos programas sociais que tentam combater a pobreza, daí a sua fingida surpresa com os vistos *gold*. Ora, poderia lá a fraude acontecer entre gente com dinheiro, não é, Sr.^{as} e Srs. Deputados?!

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Orçamento que aqui será votado — o último apresentado por este Governo — encerra um ciclo e permite uma leitura mais abrangente sobre o que foram as políticas da troika e do depois da troika. O resultado é esclarecedor, e o voto do Bloco de Esquerda só poderia ser um: não, obviamente. Não!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PCP, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Deputados: Uma maioria parlamentar em estado de negação e que se limita a fazer no Parlamento a pré-campanha eleitoral que não consegue fazer fora dele prepara-se para aprovar um Orçamento do Estado injusto, proposto por um Governo em estado adiantado de desagregação.

O Governo termina o debate deste Orçamento com uma composição diferente da que o iniciou. Ninguém estranha, evidentemente, que um Ministro tenha pedido a demissão na sequência de um escândalo que envolve titulares de altos cargos públicos e personalidades que lhe são próximas; o que toda a gente estranha é que os outros ministros, a começar pelo Primeiro-Ministro, se mantenham nos seus cargos.

O Sr. Primeiro-Ministro que, convencido da infalibilidade das suas escolhas, manteve sempre intocada a confiança nos seus ministros já viu cair todo o núcleo duro do seu Governo. Caiu o todo-poderoso Miguel Relvas, caiu o intocável Vítor Gaspar, caiu o heterodoxo Álvaro Santos Pereira, caiu o insubstituível Miguel Macedo e só a revogação da demissão irrevogável do parceiro de coligação e a complacência ativa de Belém permitem que este Governo se mantenha ligado à máquina, apesar da sucessão de escândalos que marcam a sua governação.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É o escândalo na justiça, com o desastroso início de vigência do mapa judiciário, com processos ao deus-dará, com dois meses de paralisia dos tribunais judiciais, cujas consequências ainda nem são conhecidas em toda a sua extensão.

É o escândalo na educação, com os alunos sem aulas dois meses passados sobre o início do ano letivo, com professores gravemente lesados nos seus direitos e afrontados na sua dignidade.

É o escândalo na segurança social, com a decisão do Governo de mandar para o desemprego 700 trabalhadores qualificados do Instituto da Segurança Social.

É o escândalo da ocultação do desemprego, com mais de 160 000 trabalhadores empurrados para programas de formação e com milhares de trabalhadores que, ao abrigo dos chamados «contratos emprego-inserção», ocupam postos de trabalho permanentes com salários de miséria e sem quaisquer direitos.

É o escândalo na defesa nacional, com a extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das Oficinas Gerais de Material de Engenharia.

É o escândalo nas finanças em torno do BES, pela incapacidade do Governo para avaliar os efeitos do colapso do Grupo Espírito Santo no sistema financeiro, para salvaguardar o interesse nacional posto em causa e pela desastrosa gestão do processo de resolução do BES e de criação do banco de transição.

É o escândalo na economia, com essa tragédia para o património e para os interesses nacionais, que é a liquidação da PT, e com a catastrófica decisão de privatizar a TAP.

É o escândalo dos Serviços de Informações, a fazerem serviços de deteção eletrónica de escutas telefónicas a pedido do Presidente do Instituto dos Registos e Notariado, ele próprio arguido no processo criminal movido em torno dos chamados «vistos *gold*».

É o escândalo dos próprios vistos *gold*, a manchar a reputação do nosso País, a motivar processos-crime envolvendo titulares de altos cargos públicos, a criar condições propícias para a ocorrência de casos de corrupção, de branqueamento de capitais ou de procuradoria ilícita, mas a manter-se, apesar de tudo isso, como um motivo de orgulho do Governo na sua política de captação de investimentos.

Enquanto os imigrantes, que tentam fugir à fome e à miséria e estão dispostos a trabalhar nas mais precárias condições, naufragam no mediterrâneo e são repelidos pelos guardiões da fortaleza erguida nos Acordos de Schengen, quem tiver interesse em depositar 1 milhão de euros ou em comprar imóveis de valor superior a 500 000 € em Portugal só precisa de permanecer por cá uma semana para ter direito a autorização de residência, ao abrigo de um visto dourado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quando confrontamos este regime legal com o Orçamento que acabámos de discutir, vemos a imagem de marca deste Governo: vistos de ouro para estrangeiros ricos, Orçamento de chumbo para portugueses pobres.

Aplausos do PCP.

Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passaram mais de seis meses sobre a mágica data de 17 de maio, em que o Governo e a maioria celebraram ruidosamente a partida da troica. Teria acabado o protetorado, o País teria recuperado a sua soberania, a crise pertenceria ao passado, mas este Orçamento do Estado é o desmentido cabal dessa propaganda. Tudo o que de pior nos chegou em nome da troica e que não foi impedido pela luta dos portugueses ou por decisões do Tribunal Constitucional por cá permanece, neste Orçamento.

A esse respeito o Orçamento não podia ser mais claro, quando estabelece, no artigo 239.º, que se mantêm em vigor «todas as medidas e efeitos de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação, que se encontrem dependentes da vigência do PAEF ou do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, nas suas diversas fases».

Na verdade, assim é: continua a perseguição aos funcionários públicos, aos reformados e aos beneficiários de prestações sociais; continuam os cortes de salários e de pensões; continuam os cortes desumanos nos apoios sociais; continua o corte infame dos complementos de pensões dos trabalhadores das empresas de transportes; continuam os aumentos de impostos sobre os rendimentos do trabalho e as escandalosas benesses fiscais aos lucros do capital; continua a famigerada sobretaxa do IRS (a tal que o CDS dizia que iria acabar por exigência sua); continua a absurda taxa do IVA a 23% sobre a restauração, o gás, a eletricidade e outros bens de primeira necessidade; inventam-se novos impostos «pintados de verde» para esmifrar ainda mais os contribuintes; acaba a cláusula de salvaguarda do IMI; mantêm-se os aumentos dos descontos para a ADSE, a ADM e o SAD e são reduzidos os benefícios que lhes são inerentes.

Entretanto, este Orçamento degrada ainda mais as funções sociais do Estado. Os trabalhadores portugueses pagam cada vez mais impostos e têm cada vez menos direitos sociais. Os direitos de acesso à saúde, à educação e ao ensino, à justiça, à proteção social no desemprego e na doença, degradam-se cada vez mais. Os portugueses que trabalham ou que trabalharam uma vida inteira pagam cada vez mais para ter cada vez menos.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas é claro que nem todos estão pior! Neste Orçamento, o Governo inscreve uma verba de 24 600 milhões de euros para dar garantias pessoais do Estado aos bancos e procede ao alargamento dos prazos para os bancos usufruírem de créditos garantidos pelo Estado e do prazo de reembolso de 20 para 50 anos.

Ou seja, enquanto para a generalidade dos portugueses a austeridade não dá tréguas, para os bancos, não só se disponibilizam milhares de milhões em garantias pessoais do Estado, como ainda se alargam os prazos de utilização do crédito e de reembolso. Esta alteração, proposta e aprovada pelo PSD e pelo CDS,

parece mesmo um fato feito à medida do Novo Banco, que tem garantias do Estado a vencer a partir de dezembro de 2014.

Não há nada neste Orçamento que comprove ou, sequer, indicie o fim da crise. Ninguém tem dúvidas de que, com este Governo, o País está pior: aumentou o número de milionários, mas a grande maioria empobrece a trabalhar; os ricos estão mais ricos, mas os pobres são cada vez mais e são cada vez mais pobres.

A menos de um ano de cessar funções, este Governo e esta maioria não têm mais nada para apresentar aos portugueses que não seja um discurso fantasioso sobre o suposto fim da crise, que é desmentido pela própria maioria, quando repete obsessivamente a ladainha de que tudo está como está, não por culpa do atual Governo, mas por culpa exclusiva de quem antes dele assinou um memorando com a troica, como se os partidos da atual maioria não o tivessem exigido, apoiado, assinado e executado e como se este Orçamento para 2015 não fosse tão troiquista como a própria troica.

O PCP não iliba as responsabilidades do atual Governo, como nunca ilibou as responsabilidades do Governo anterior.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Foram os três partidos do autoproclamado «arco da governação» que, com as suas opções, essencialmente convergentes, lançaram o País na situação dramática em que se encontra e revelaram a sua incapacidade para governar de acordo com os interesses do povo e do País.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os portugueses estão cansados de quase quatro décadas de alternância sem alternativa que conduziram o País ao estado a que chegámos. A dependência, o empobrecimento, a injustiça social, a corrupção, a humilhação nacional, o descrédito das instituições e a perigosa degradação da democracia em que vivemos, que são consequências das políticas de direita, exigem o fim deste ciclo político e a afirmação de uma alternativa democrática.

Aplausos do PCP.

No debate deste Orçamento do Estado, o PCP demonstrou que existe alternativa. Portugal não está condenado à recessão e ao empobrecimento; os portugueses não estão condenados a pagar com os seus impostos e com a destruição dos seus direitos os juros exorbitantes de uma dívida contraída em benefício de banqueiros e especuladores.

Renegociar a dívida, aumentar a produção nacional, recuperar para o Estado o controlo de empresas estratégicas, valorizar os salários e as pensões, aliviar os impostos sobre os rendimentos do trabalho e aumentar a tributação sobre os rendimentos do grande capital, defender e recuperar os serviços públicos e as funções sociais do Estado, afirmar a soberania e o primado dos interesses nacionais, são objetivos incontornáveis da política alternativa que o PCP propõe ao povo português.

Neste tempo em que vivemos, de grandes dificuldades, perigos e incertezas, o PCP está com os portugueses que sofrem, que trabalham e que lutam por uma vida digna num País mais justo e mais decente.

Anima-nos a firme convicção de que o povo português, mais cedo que tarde, saberá derrotar este Governo e esta política e construir a alternativa patriótica e de esquerda de que o País precisa. E esta convicção é irrevogável!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Daqui a minutos aprovaremos o Orçamento do Estado para 2015 — é bom recordá-lo,

para quem possa estar mais desatento e tenha ouvido as intervenções dos oradores anterior que falaram de tudo menos deste Orçamento.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E, por falar em Orçamento, queria dizer que, na opinião do CDS, nas dificuldades certamente e nos desafios, este Orçamento tem uma circunstância, tem um contexto e tem uma opção, que importa recordar e sublinhar.

Tem, desde logo, uma circunstância: a de ser o primeiro Orçamento em três anos de um País com soberania plena, sem troica a vigiar, credores a exigir ou avaliações por cumprir.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Dissemo-lo há um ano, no debate do Orçamento do Estado para 2014 e na sessão de encerramento, e cito: «Para o CDS este Orçamento do Estado, em particular, é muito importante (...), porque é nossa convicção de que este será o último sob programa da troica ou condição de credores (...)». Tivemos razão, outros engaram-se!

Aplausos do CDS-PP.

Um ano depois, o País conseguiu e os portugueses foram capazes e para a oposição, aquela que, primeiro, dizia que não íamos cumprir, depois, que íamos cumprir mas que iríamos precisar de mais tempo e de mais dinheiro e que, até no último minuto, ainda suspirava por um segundo programa que, para sua surpresa — quiçá mesmo desilusão — nunca aconteceu, tem, nestes factos, um bom motivo para mais humildade nas críticas e mais realismo nas propostas.

Sr.^a Presidente, partimos da circunstância da pré-bancarota, de estarmos a dias de não poder pagar salários à função pública e de ninguém financiar ou querer financiar o Estado português. Fomos sujeitos a um programa que não provocámos, pedimos ou negociámos, mas que cumprimos! Cumprimos, e no momento certo!

A nossa circunstância, é bom recordar, era os juros da dívida pública: 21% a 2 anos (hoje, a 0,5%); 23% a 5 anos (hoje, a 1,5%); e 17% a 10 anos (hoje, a 2,9%). Era esta a medida da falta de credibilidade do «País de 2011» que nos deixaram e era esta a nossa circunstância.

Não foi o CDS ou o PSD que conduziram o País ao abismo, mas foi esta maioria que resgatou o País, que terminou o programa de assistência e que recuperou a credibilidade de Portugal. E fê-lo, como sempre dissemos, num só resgate, com um só empréstimo, com um só programa e um só prazo, em que muitos não acreditaram!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E mais, Srs. Deputados: será com esta maioria e com este Orçamento do Estado que Portugal será riscado da lista negra dos países incumpridores a que, pela segunda vez em 15 anos, governos socialistas nos conduziram!

Mas, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, mais do que a circunstância deste Orçamento, é preciso também perceber o contexto deste Orçamento.

No contexto do crescimento económico, Portugal cresce há quatro trimestres — 12 meses — consecutivos e em três destes trimestres cresceu mais do que na zona euro. Ou seja, pela primeira em vez, em muitos anos, estamos a convergir com a União Europeia, e isso é tudo menos irrelevante!

No contexto das exportações, empresas, empresários e trabalhadores fizeram, e fazem, um esforço tremendo de adaptação a novos desafios. Este ano, cresceremos 2% sobre o melhor ano de sempre.

No turismo, também crescemos ano após ano sobre os melhores anos de sempre, neste caso mais de 10% e mais do que todos os nossos concorrentes.

Na exportação de bens, como na indústria ou na agricultura, crescemos, e muito, e o peso das exportações no PIB português passou de 28%, em 2009, para 42%, em 2013.

No contexto da confiança e do consumo privado, o índice de confiança dos consumidores subiu e é o mais elevado desde 2008 e, porque a economia é mais confiável, também o consumo privado é o mais elevado dos últimos sete anos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — No contexto do investimento, quando as contas públicas são credíveis, a confiança e o consumo privado crescem, também o investimento interno e externo aumenta e, no primeiro semestre de 2014, o investimento cresceu cerca de 8% face a igual período do ano passado.

Por tudo isto, por muito que contrarie o discurso da oposição, a verdade é que Portugal subiu 15 lugares no *ranking* de competitividade do Fórum Económico e Social, ocupando o 36.º lugar em 144 países, o melhor desde 2003!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É verdade, Srs. Deputados, bem sei, o contexto do desemprego é ainda muito difícil. Sejam claros: Portugal continua a registar uma taxa de desemprego elevada, elevadíssima — 13,1% é inaceitável —, mas também é verdade que, depois de termos atingido 17,5%, há 20 meses consecutivos que o desemprego desce, que Portugal tem convergido com a média da zona euro e afasta-se de países que foram sujeitos a processos similares ao nosso, como a Grécia ou a Espanha, que estão em 25 ou 26%!

É a emigração — diz a oposição. Já sabemos! Já sabemos! É verdade! Muitos portugueses, demasiados, tiveram de deixar o País para ter melhores condições de vida nos últimos anos, mas esse facto só por si não justifica esta descida, porque, se olharmos para os dados de emigração nos últimos três anos, verificamos que eles estão muito próximos dos do início deste século quando o PS ainda anunciava um País de virtude!

São os estágios profissionais?! São trabalhos precários!? Já sabemos as «justificações» da oposição... Mas, pergunto-me: os empregos resultantes desses estágios — quase dois terços — não contam? São maus?

É que, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o que a oposição parece mesmo não gostar é que tenham sido criadas mais empresas do que aquelas que fecharam (duas em cada uma que fechou); e ainda menos que, dos novos contratos de trabalho dos últimos 18 meses, a esmagadora maioria seja a tempo completo e que 80% destes seja até com contrato efetivo!

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É este o contexto deste Orçamento e do País que há três anos tinha a circunstância de estar à beira da bancarrota. Um contexto, é bom sublinhá-lo, que ainda é de incertezas e dificuldades, mas desmerecer o esforço dos portugueses, como a oposição faz sistematicamente — e a isso ainda hoje aqui assistimos —, é inaceitável e não honra esses esforços.

Por isso, feita a análise da circunstância e do contexto, chega a altura de falarmos das opções da maioria, mas também da oposição.

Quanto à oposição mais à esquerda, nada de novo. Não era de esperar nem mais nem melhor: o costume! A irresponsabilidade do «tudo para todos ao mesmo tempo» e do «não pagamos», se necessário, já conhecemos.

O PCP e o Bloco de Esquerda, como sempre, propõem uma economia 100% estatizada, onde tudo e todos o Estado detém ou controla, como noutros tempos.

Protestos dos Deputados do PCP João Oliveira e do BE Pedro Filipe Soares.

Srs. Deputados, o barulho não vos dá razão, tal como a História não vos deu razão!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas, já quanto ao PS, com um novo líder, com uma legítima expectativa de se constituir como alternativa, esperávamos que, no local e no momento próprio — no Parlamento e na discussão do Orçamento —, dissesse aos portugueses ao que vem. Puro engano! O PS parece preferir a forma à substância, a tática política à frontalidade democrática, o protesto ao debate de ideias.

Das três dezenas de propostas que apresentou, não há — repito, não há — uma única que não aumente a despesa sem que o PS diga onde vai compensar.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Parece mesmo que o Partido Socialista só sabe — ou viciou-se! — conjugar os verbos isentar, terminar, finalizar ou repor, justamente aqueles que nos levaram à circunstância de, há três anos, estarmos sem dinheiro para pagar salários e pensões à função pública.

E quando se pergunta como se paga, como se compensa este aumento de despesa, como se financia, o PS só temos duas respostas: ou uma «crença» no crescimento económico, que nega quando o Governo ou instituições internacionais o referem, ou uma suposta «leitura inteligente dos tratados», que não só não depende de si como ninguém conhece ou, sequer, acredita.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É por isso que, pela maioria ou pelo Governo, este Orçamento configura uma opção, uma opção que pode e deve ser defendida pela positiva e de forma construtiva.

Desde logo — e, para o CDS, esta é a marca política de todo o processo orçamental —, há uma opção pelas famílias. No IRS, alarga o quociente familiar para quem tem filhos ou avós a cargo, sem prejudicar quem não quer ou não pode ter filhos. Para o CDS, o simples facto de o IRS passar a ter quociente familiar, que ajuda realmente e a sério as famílias, representa um desenvolvimento de um País mais justo, mais equitativo, o que, só por si, justifica que se diga que este é um Orçamento melhor.

Mas este é também um Orçamento que aumenta as deduções fiscais, passando a abranger todas as despesas familiares, onde, no IMI, o número de filhos pode resultar numa redução, alargando a mais 50 000 famílias a isenção de pagamento.

É um Orçamento que tem uma opção pela responsabilidade social; que criou condições para o aumento do salário mínimo nacional pelos parceiros sociais, que tinha sido revogado pelo anterior Governo do PS e sem troica; que reforça o papel das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) com o regime do IVA social; que, pelo quarto ano consecutivo, descongela pensões mínimas, sociais e rurais, que outros, sem troica, congelaram; que, pelo quarto ano consecutivo, majora o subsídio de desemprego de casais com filhos a cargo, que outros, sem troica, revogaram, contra uma deliberação democrática deste Parlamento; que dá, pela primeira vez, proteção social para os profissionais liberais, que muitos prometeram e nada fizeram.

Este é também um Orçamento que revela uma opção pela classe média, protegendo as pensões abaixo dos 4 611 euros, que ficam isentas de qualquer redução do complemento especial de solidariedade, ou que inicia a reposição dos salários da função pública, devolvendo 20% do esforço pedido. Mas este Orçamento também revela uma opção pelas empresas, onde o IRC a pagar pelas grandes, médias e pequenas empresas desce de 23 para 21%, como prometido.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estas são algumas das opções da maioria, que são conhecidas e, por isso, escrutináveis, sem táticas e com franqueza democrática, com o objetivo de melhorar o País e não com o fito de ganhar eleições.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, disse no início desta intervenção que este Orçamento tinha uma circunstância, um contexto e uma opção.

Na circunstância difícil de onde partimos, temos um orçamento de esperança; no contexto incerto em que ainda vivemos, temos um orçamento realista, como forma de ajudar o esforço que empresas, empresários e trabalhadores — milhares de portugueses! — fizeram e estão a fazer; nas opções tomadas, temos um orçamento que é melhor para as famílias, para as empresas e para os contribuintes sem pôr em causa o caminho percorrido e os esforços realizados, porque ninguém quer voltar a ter de os fazer.

E é nas opções, Srs. Deputados, precisamente nestas opções, que se divide este Parlamento: de um lado, o da maioria, temos realismo, frontalidade democrática e esperança; do outro, o da oposição, temos incerteza, tacticismo eleitoral e ilusão. Isso faz toda a diferença!...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do PS.
Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há três semanas, no debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2015, o Partido Socialista traçou um diagnóstico sobre os últimos anos e um conjunto de avisos sobre o Orçamento de Estado para 2015.

O diagnóstico é conhecido. Depois da brutal recessão económica de 2012/2013 induzida pela política orçamental, a frágil retoma económica de que o Governo se vangloria em 2014/2015 resulta de o Tribunal Constitucional o ter obrigado a inverter a sua estratégia orçamental e abrandar, por comparação a 2012, na intensidade da austeridade.

Esta situação deixou o consumo privado respirar um pouco e levou à subida das importações, contribuindo para uma execução orçamental mais rica em impostos. Note-se que a estratégia orçamental que pôs fim à recessão foi aquela que este Governo sempre criticou, e o mesmo Executivo que desprezava o consumo privado acaba quase totalmente dependente do seu desempenho para crescer, sem qualquer contributo significativo da procura externa líquida, que se pretendia transformar no seu motor de crescimento.

Como notou o NECEP, da Universidade Católica, a propósito dos mais recentes números do PIB do terceiro trimestre, o crescimento nos últimos meses é o resultado de «contributo positivo mais intenso da procura interna, especialmente do consumo privado».

Falhou, portanto, a estratégia orçamental. Mas falhou também qualquer estratégia de «transformação estrutural da economia», como tinha de acontecer num período marcado por uma brutal queda do investimento, de quase 30%, entre 2011 e 2013, e uma estagnação em 2014/2015 (com um aumento de 1,5% e 2%, respetivamente, o que é muito pouco), e no qual o aumento das exportações se deve, em boa parte, a investimento feito por agentes privados e públicos no passado.

A subida do peso das exportações para 40% do PIB e a balança comercial equilibrada são os efeitos não da transformação da economia, apesar do enorme esforço das empresas, mas do rápido empobrecimento do País. Quando o PIB se reduz, o peso das exportações sobe automaticamente; quando o emprego cai brutalmente, a balança comercial equilibra-se porque as importações se reduzem. A balança de bens e serviços equilibrada é o resultado de 300 000 empregos a menos em relação a 2011.

Aplausos do PS.

De duas, uma: ou o Governo confunde, sem saber, empobrecimento com transformação ou, então, quer-nos dizer que a transformação é sinónimo de empobrecimento. Esta interpretação, pelo menos, é coerente com o aumento expressivo da pobreza. A população em risco de pobreza ou exclusão social atingia 27,4% da população total, ou seja, cerca de 2,8 milhões de pessoas. Em particular, a taxa de risco de pobreza infantil, quando ancorada em 2009, atinge já um 1/3 de todas as crianças e jovens com menos de 18 anos. Estes são dados que deviam envergonhar qualquer governo. Não representam uma transformação, representam uma brutal regressão nas condições de vida presentes e nas expectativas das gerações do futuro.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista deixou também avisos sobre este Orçamento de Estado — afinal, o corolário da desorientação do Governo. Já se esperava que este Orçamento perseverasse na desestruturação dos serviços públicos, na desvalorização do investimento público e na redução do apoio aos mais pobres, mas não se esperava que a sua base fosse tão frágil e gerasse tantas interrogações.

Interrogações, primeiro, sobre o cenário macroeconómico, face a uma estimativa excessivamente otimista do crescimento do PIB, tanto o real como o nominal, bem como do comportamento das importações.

Interrogações, depois, sobre a composição da consolidação orçamental. No lado da despesa, o Governo, ao 12.º Orçamento, parece ter descoberto mais de 500 milhões de euros de poupanças em estudos, pareceres

e projetos, tecnologias de informação e outras famosas «gorduras». No lado da receita, os impostos continuam a crescer bem mais depressa que o PIB nominal, como se a luta contra a evasão fiscal, que funcionou durante dois ou três anos, pudesse continuar a sustentar estas taxas de crescimento da receita fiscal indefinidamente.

No meio de tantas dúvidas, ficava, porém, uma certeza: que esta era uma proposta de Orçamento de fim de ciclo, elaborado por um Governo esgotado, com uma estratégia derrotada.

Aplausos do PS.

Um Governo que continua sem saber o que fazer da famosa reforma do Estado e aos tais 4000 milhões que, bem nos lembramos, há precisamente dois anos era urgente cortar para evitar o segundo resgate; um Governo cuja única tática passa por comprar tempo até às eleições, esperando que o aumento dos impostos e a luta contra a evasão fiscal continuem a aumentar a receita pública.

Em 2015, a carga fiscal atingirá o máximo histórico de 37% do PIB. Ironicamente, há muito que a estratégia do Governo se tem resumido ao que o PSD, no célebre projeto de resolução com que rejeitou o PEC 4, em março de 2011, chamava de «solução da incompetência: se falta o dinheiro, aumentam-se os impostos». Poucas palavras terão sido tão premonitórias sobre a condução dos destinos do País pelo Governo nesta Legislatura.

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando, há três semanas, o Partido Socialista expressou sérias reservas sobre a credibilidade do cenário macroeconómico e da estratégia orçamental para 2015, o Governo escondeu-se atrás das instituições internacionais; afirmou então que as suas projeções eram credíveis porque seriam coincidentes com as da troica.

Pois bem, esta fantasia conveniente demorou poucos dias a ser desmascarada, e desde então todos os elementos que vieram a público vieram reforçar as dúvidas expressadas pelo PS.

Assim, a posição da Comissão Europeia, como a do FMI, não deixa margem para dúvidas: em 2015, o PIB real e o PIB nominal vão crescer menos do que o esperado pelo Governo, prolongando a estagnação em que o País está mergulhado e dificultando a sustentabilidade da dívida pública; o contributo líquido das exportações será nulo, o que leva a Comissão a afirmar, no cenário que traça até 2016, que «o crescimento virá crescentemente do consumo privado» e que «um regresso a um modelo de crescimento assente na procura interna colocará a redução dos desequilíbrios externos em risco». O emprego crescerá menos, sobretudo se descontarmos as dezenas de milhares de desempregados que Governo tem obrigado a trabalhar nos serviços públicos, e, com grande probabilidade, as receitas fiscais crescerão abaixo do que o Governo espera, o que impedirá o défice de ficar abaixo dos 3% do PIB. Este cenário, que permitiria, se cumprido, retirar o País do Procedimento por Défice Excessivo, é agora defendido apenas e só pelo Governo.

Para instituições nacionais, a análise do Orçamento do Estado para 2015 não é muito diferente. Assim, o Conselho de Finanças Públicas afirma, na frente orçamental, que quase metade das medidas permanentes de consolidação «não se encontra devidamente especificada, não sendo possível a avaliação da sua exequibilidade ou do seu impacto», o que «prejudica a transparência do exercício orçamental e constitui um risco não negligenciável». E, na frente macroeconómica, comparando a proposta de Orçamento com o cenário inscrito no Documento de Estratégia Orçamental 2014-18, de abril passado, é muito claro: a composição do crescimento económico traduz um papel acrescido do consumo privado, «que volta a crescer a ritmo superior ao do PIB e a contribuir para a redução da taxa de poupança das famílias». Por outro lado, verifica-se uma «perda relativa de peso da formação bruta de capital fixo e o menor excedente corrente com o exterior, um conjunto de variações que não contribuem para a sustentabilidade do crescimento económico e das finanças públicas nacionais».

Também o Conselho Económico e Social defendeu que o cenário macroeconómico apresentado não é compatível com a situação económica conhecida nem com a política orçamental apresentada, suscitando «fundadas dúvidas» sobre a «exequibilidade da proposta do Governo no sentido de, por esta via, se atingir a meta apresentada para o défice».

Ainda hoje a OCDE vem apresentar, para 2015, um crescimento inferior àquele que o Governo aponta e um défice superior àquele que refere como seu objetivo.

Não é necessário prosseguir este exercício. As instituições convergem com a análise que, desde a primeira hora, o Partido Socialista fez do Orçamento de Estado para 2015 em discussão neste Parlamento.

Ao longo das últimas semanas, o Governo ficou ainda mais sozinho. Depois de desbaratada, há muito, a base social que o elegeu, está condenado a avançar nestes últimos meses da Legislatura sem apoio institucional, em particular das instituições internacionais que o confortaram ao longo do Programa de Ajustamento e que não vão na cantiga de acreditar num Orçamento que, por força do calendário eleitoral de 2015, não será cumprido por este Governo.

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta proposta de Orçamento do Estado não se remenda nem se reforma. Porém, ao longo do processo orçamental, o Partido Socialista fez o possível por melhorar uma proposta de Orçamento sem consistência nem consciência. Para isso, apresentou um conjunto de propostas responsáveis, que respondem à urgência do momento para tantas famílias portuguesas.

Essas propostas organizaram-se em torno de quatro eixos. Primeiro, o combate à pobreza; segundo, o reforço da coesão social e promoção do desenvolvimento; terceiro, a defesa da justiça e igualdade de direitos; e, quarto, a promoção da equidade territorial.

A maioria chumbou todas as propostas do Partido Socialista.

Chumbou a prorrogação por um período de seis meses do subsídio social de desemprego, num contexto em que o desemprego de longa duração atinge 460 000 pessoas e 300 000 desencorajados estão fora das estatísticas do desemprego.

Chumbou o aumento do valor do abono de família, de modo a responder com urgência ao aumento expressivo da pobreza infantil nos últimos três anos.

Chumbou a reposição dos anteriores descontos nos passes escolares, que reduziria a despesa indireta das famílias com os estudos dos seus filhos.

Chumbou a alteração da cláusula de salvaguarda do IMI, que impediria uma subida vertiginosa do imposto em 2015.

Chumbou o fim da isenção de 50% prevista no Estatuto de Benefícios Fiscais para os fundos imobiliários em sede de IMI, que promoveria uma distribuição mais equitativa da carga fiscal sobre o património imobiliário.

Chumbou a redução do IVA da restauração para a taxa intermédia, que teria corrigido a penalização de um sector que assistiu ao fecho de milhares de empresas e à perda de milhares de postos de trabalho.

Chumbou a reposição dos complementos de pensão de trabalhadores de empresas do sector público empresarial, contemplados em sucessivos acordos de empresa negociados no quadro de planos que previam a reforma antecipada desses trabalhadores.

Chumbou a suspensão, durante 2015, das penhoras e das vendas executivas de imóveis por dívidas fiscais, tal como foram suspensas por dívidas à segurança social, numa total contradição e num contexto de forte aumento no incumprimento das famílias no pagamento das prestações de crédito para a aquisição de casa própria.

É uma maioria que não governa mas é uma maioria que sabe chumbar!

Aplausos do PS.

De forma genérica, as nossas propostas cumprem o princípio da neutralidade orçamental, porque previam uma recusa em continuar a baixar a taxa de IRC fora das condições acordadas há um ano, medida que vale, de acordo com estimativas oficiais, cerca de 250 milhões, que vai beneficiar sobretudo as grandes empresas, sem qualquer contrapartida obrigatória.

Por outro lado, muitas das propostas aumentariam o rendimento das famílias que mais precisam e cuja propensão para o consumo é mais elevada. Desta forma, ajudariam a estabilizar a procura interna, que, como vimos nos últimos dois anos, tem sido a principal variável responsável pela redução do défice orçamental.

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde o debate do Orçamento de Estado na generalidade até esta votação final, após a discussão na especialidade, muito se passou em Portugal. A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas

certamente diminuiu. Para além das divergências sobre políticas financeira e económica, para além das normais divisões partidárias, hoje, há que sublinhar que os Deputados estão dispostos a defender o Parlamento e o Estado de direito.

Sem maniqueísmos, a verdade é esta: respeitamos, embora não admiremos, um Governo que esteve convicto que a estratégia do empobrecimento permitiria tornar o País mais competitivo, equilibrado e preparado para o futuro, mas, sobretudo, admiramos e apoiamos os que desde o primeiro dia afirmaram o seu não. Estamos entre eles.

O fracasso das políticas dos últimos três anos está à vista. Realmente, as políticas e os políticos não são todos iguais.

Aplausos do PS.

A defesa do regime democrático representativo e com base nos partidos também depende de nós. Com coerência e serenidade, vamos votar contra este Orçamento, em votação final global.

Aplausos do PS.

Vamos estar, em conjunto com a maior parte dos portugueses, a construir uma alternativa a estas políticas. Vamos estar, ao lado de todos os democratas de todos os partidos, em combate pelo Estado democrático de direito, contra os populismos, quaisquer que sejam as suas bandeiras.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste debate orçamental, tivemos a oportunidade de avaliar os resultados e os objetivos que já alcançámos nestes três anos e meio de Legislatura e tivemos também oportunidade de avaliar as projeções e os desafios que se colocam a Portugal no âmbito do Orçamento do Estado para 2015. Mas, no final deste debate, coloca-se ao País uma pergunta simples, singela, mas cheia de conteúdo político. Portugal está, ou não, a ser melhor governado hoje do que foi pelos Governos do Partido Socialista?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Governo, esta maioria, o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e a sua equipa estão ou não a tratar com mais competência, com mais rigor, do interesse das pessoas, do interesse da comunidade, do futuro de Portugal, do que o que fizeram os Governos do PS, o anterior Primeiro-Ministro e as suas equipas?

A questão é única e exclusivamente política. Temos ou não um Governo melhor para a sociedade portuguesa do que os Governos anteriores, do PS?

Vozes do PSD: — Temos!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — E a questão é tanto mais relevante quanto hoje o PS apresenta ao País os mesmos protagonistas e as mesmas políticas que orientaram a sua governação anterior.

A resposta a esta pergunta, todos o sabemos, é subjetiva. Cabe a cada português construir essa resposta. É claro que um Deputado da maioria, como eu, é parte interessada nesta discussão, mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, proponho-vos um exercício. Vamos objetivar a resposta a esta pergunta à luz de 10 critérios possíveis: o País tem ou não um Governo melhor do que os Governos do PS?

Vozes do PSD: — Tem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O primeiro critério é o da autonomia da decisão.

Entre um Governo que conduz o País à ajuda externa, que chama a troica, e outro Governo que cumpre o que o primeiro negociou, que cumpre prazos e objetivos, que sai da ajuda externa, qual é o Governo que governa melhor? Uns, os socialistas, trouxeram o condicionamento; outros, esta maioria, trouxeram autonomia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Mas este debate tem até as suas ironias. Acabámos de ouvir o líder parlamentar do PS e, perante as projeções que constam deste Orçamento do Estado e perante a posição que sobre essas projeções tomaram, por exemplo, a Comissão Europeia e o FMI, diz o PS: «ouçam a troica, a troica tem mais razão do que o Governo de Portugal». De facto, é a suprema ironia! O Partido Socialista não consegue ter discurso político sem a troica! O PS, já o disse aqui uma vez, é austeridade-dependente, mas é também o mais troiquista dos partidos políticos, em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Segundo critério, o do défice.

Em 2010, tínhamos um défice de 11,2% do produto, 18 000 milhões de euros, o mais alto desde o 25 de Abril. Em 2015, vamos ter um défice de 2,7% do produto, 5000 milhões de euros, o mais baixo desde o 25 de Abril. E, mais, se não fossem os quase 8000 milhões de euros que temos de pagar de juros por aquilo que gastámos antes do exercício orçamental de 2015, já tínhamos mesmo um excedente orçamental.

O País é melhor governado com défices altos ou com défices baixos? Tem mais futuro com défices altos ou com défices baixos?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Bem perguntado!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Terceiro critério, a dívida pública, a sua transparência e a sua sustentabilidade.

Em 2010, sem os 78 000 milhões de euros dos empréstimos da troica, disseram-nos que a dívida era de 96% do produto. Mas, afinal, havia outra, havia outra dívida que estava escondida e que não estava nessa projeção.

Hoje, contas feitas àquilo que teve de entrar no perímetro da dívida, em 2010 essa dívida era de 125% do produto, quase aquilo que é hoje.

No Governo anterior havia uma trajetória a subir; hoje há uma trajetória a descer. O Governo anterior, no mercado, pagava juros de 7, de 8, de 9 e de 10%; hoje, pagamos 3% — hoje mesmo estamos a pagar abaixo de 3%.

A dívida é hoje mais transparente mas é também mais sustentável, pelo esforço que o País tem feito, e por isso, também aqui, na criação e gestão da dívida, pergunta-se: o País está melhor governado com este Governo ou com os Governos anteriores, do Partido Socialista?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Quarto critério, o do desemprego.

De 2005 a 2011, o desemprego subiu sempre em Portugal, exceto em 2008, em que baixou 0,3%.

Com crescimento económico, com a nossa economia a crescer, com injeção de investimento público, o desemprego subiu de 2005 a 2011. É verdade que também subiu na primeira parte desta Legislatura, fruto do esforço de ajustamento que tivemos de empreender, mas a grande verdade é que há 20 meses consecutivos que o desemprego está a baixar em Portugal.

Qual é o Governo que mais serve a política da criação de emprego? É um Governo que, durante sete anos, viu sempre o desemprego a crescer, apesar de a economia estar a ter alguma capacidade de resposta, ou um Governo que, ultrapassadas as dificuldades, criou condições para que tenhamos uma descida gradual, é verdade, lenta e com níveis de desemprego que ainda são altos, mas que é consistente há 20 meses a esta parte?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quinto critério, o da competitividade da economia.

Hoje, temos um crescimento sólido da economia e, em 2014 e em 2015, temos um crescimento superior à média da zona euro. Subimos 15 posições no *ranking* da competitividade, evitámos a espiral recessiva, produzimos várias reformas estruturais, no mercado laboral, na justiça, na atratividade fiscal. Que mau sinal, em Portugal, o PS ter rompido o acordo da descida do IRC! Que mau sinal para a economia, para os agentes económicos e para os trabalhadores, que mau sinal dá o PS ao não cumprir a sua palavra sem ter razão nenhuma para isso!

Mas tivemos mais. Tivemos outra diplomacia económica, tivemos uma aposta grande na inovação e uma aposta grande nas exportações e na internacionalização da nossa economia.

Qual é o melhor modelo para sermos competitivos na economia? É assentarmos o crescimento no endividamento, no investimento público sem regras, no despesismo, ou assentamos o crescimento na recuperação da confiança das pessoas, dos investidores, sem endividamento, no aumento das exportações e no aumento do investimento privado?

Sexto critério, o da política de rendimentos.

Vivemos tempos difíceis no ajustamento, de perda de rendimento, de contribuições extraordinárias e de solidariedade, mas uns criaram condições para que houvesse, em Portugal, perda de rendimento, outros estão a criar condições para que haja, em Portugal, recuperação de rendimento.

Vozes do PSD: — muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Partido Socialista congelou o salário mínimo nacional, este Governo atualizou-o.

O Partido Socialista reduziu as retribuições na Administração Pública, este Governo vai começar a repor essa diminuição, em 2015.

O Partido Socialista criou a contribuição extraordinária de solidariedade, este Orçamento do Estado não tem essa contribuição a não ser para as pensões de elevado valor.

O Sr. **Fernando Jesus** (PS): — Graças ao Tribunal!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Partido Socialista congelou as pensões mínimas sociais e rurais, este Governo atualizou essas pensões sempre acima da taxa da inflação.

O Partido Socialista acabou com deduções fiscais e acabou também com os 4.º e 5.º escalões do abono de família, este Governo aumenta as deduções fiscais e apoia as despesas das famílias.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

E, mais, este Governo resiste ao eleitoralismo. Em 2009, já em plena crise, o Partido Socialista aumentava salários e descia impostos para vencer eleições. Este Governo não vai por esse caminho. É mais responsável, não está pensar nas eleições mas está a criar condições para que, no futuro, possamos, de facto, ter menos impostos e mais rendimento em Portugal.

Aplausos do PSD e do CD-PP.

Sétimo critério, o da justiça e da equidade social.

Com este Governo, o preço dos medicamentos baixou, e baixou à custa das margens das farmacêuticas e das farmácias.

Com este Governo, aqueles que têm mais altos rendimentos têm contribuições extraordinárias de solidariedade: no IRS, para rendimentos acima de 80 000 euros, para rendimentos acima de 250 000 euros; no IRC, para empresas que, embora beneficiem da redução de IRC, se tiverem lucros, se tiverem atividades muito rentáveis, pagam mais imposto, se tiverem mais de 1,5 milhões de lucro, se tiverem mais de 7,5 milhões de euros de lucro ou se tiverem mais de 35 milhões de euros de lucro. Aqueles que podem mais estão, de facto, a contribuir mais para o equilíbrio orçamental.

Foi este Governo que introduziu novas e mais benéficas tarifas sociais na eletricidade ou nos transportes públicos. E foi este Governo que implementou, e continua a implementar, o Programa de Emergência Social e o apoio à economia social.

Foi este Governo e esta maioria que introduziram a cláusula de salvaguarda no IMI. Sim, foi este Governo e esta maioria que introduziram, nos três anos anteriores, a cláusula de salvaguarda no IMI e que a mantêm para os agregados familiares que têm rendimentos equivalentes ao 1.º escalão do IRS e que isentam de pagamento de IMI as famílias que são, de facto, as mais vulneráveis. São mais 50 000 famílias a juntar às 300 000 que não pagam IMI.

E foi esta maioria que, neste debate de especialidade, apresentou e viabilizou a proposta de, na habitação própria e permanente, as famílias com mais filhos pagarem, por decisão das autarquias, menos IMI.

É este Governo que está a reformar o IRS atendendo também à constituição do agregado familiar. Não fazemos aquilo que outros fizeram, por exemplo, como disse há pouco, com o abono de família.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é verdade que, muitas vezes, há políticos e partidos políticos que enchem a boca com a sensibilidade social, mas, em matéria de sensibilidade social, é preciso distinguir aqueles que falam daqueles que a praticam, que a executam em cada medida, em cada orientação, em cada opção. E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a grande verdade é que também aqui podemos fazer uma avaliação.

Em matéria de justiça social, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os constrangimentos, este País está melhor governado com este sentido de equidade ou com aquele que tinham os Governos do PS?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Que comparação!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Oitavo critério, o do investimento seletivo, produtivo, gerador de emprego sustentado.

O Partido Socialista foi relapso no QREN. Em cinco anos executou apenas 30% do programa. O PS alavancou a economia na dívida, no despesismo, nas PPP, nos TGV. Este Governo está a reduzir a burocracia, apoia as empresas e dirige os fundos para o apoio à criação de emprego.

O que é melhor para Portugal? O crescimento ilusório e efémero do Partido Socialista ou um crescimento, talvez lento, talvez mesmo moderado, mas consistente e duradouro, que é aquele que estamos a projetar com esta maioria e com este Governo?

Nono critério, a voz na Europa.

Este Governo não tem candidatos a Hollande. Não, não tem! Aliás, Hollande, em Portugal, só mesmo na oposição e em particular no Partido Socialista. Diria mesmo que Hollande, em português, quer dizer António, seja António José Seguro, seja António Costa.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Somos mais humildes, somos mais discretos, mas somos mais eficazes.

Ter voz na Europa não é falar. Nada disso! No Partido Socialista é que há quem entenda que basta falar e os nossos parceiros europeus ficam logo a tremelicar das pernas! Não é assim, Srs. Deputados! Ter voz não é falar, ter voz é ser ouvido, o que é uma coisa completamente diferente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Aplausos do PSD.

E para ser ouvido é preciso ter credibilidade, repito, é preciso ter credibilidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, acham que o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, quando liderou o Grupo da Coesão, para assegurar fundos estruturais, para lhes podermos ter acesso nos próximos anos, teve vencimento de causa por ter voz forte ou por ter razão e credibilidade para aquilo que estava a propor?!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Têm de se inscrever todos no PS para ver se isto muda!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Quando o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho colaborou no desenho final da União Bancária, dando igualdade de oportunidades de financiamento às nossas empresas como às do resto da Europa, acham que ele teve razão por falar mais alto ou porque tinha credibilidade, tinha trabalho feito, tinha cumprido as principais obrigações que impendiam sobre o Estado português e, com isso, ganhou, de facto, autoridade para poder vencer essa disputa política?

Mais recentemente, quando foram definidas novas metas de eficiência energética, de diversificação de fontes de energia e quando se asseguraram as interligações que tanto hão de beneficiar a Península Ibérica relativamente ao centro da Europa, acham que foi a voz mais forte, a voz mais alta que preponderou ou a voz da razão, da credibilidade, do acerto da opção para o futuro de Portugal, para o futuro da Península Ibérica mas também para o futuro da Europa?

Finalmente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, décimo e último critério, o da visão do futuro, do reformismo, da solidariedade intergeracional.

Para a agenda para a reforma do Estado, o PS não está disponível; para a agenda da natalidade, o PS não está disponível; para a agenda para uma nova fiscalidade, o PS não está disponível; para uma nova política de coesão territorial, o PS não está disponível; para a reindustrialização do País, o PS não acrescenta nada; para os compromissos orçamentais e os tetos máximos da despesa pública, o PS não dá para esse peditório; para a reforma da segurança social, a reforma estrutural da segurança social, o PS não está disponível.

Quem está a olhar para o futuro e quem está a olhar para o passado, Sr.^{as} e Srs. Deputados?

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, foram 10 critérios objetivos de análise. Os portugueses farão o seu juízo, farão a sua avaliação. Sou daqueles que acreditam — não menosprezam, acreditam — na inteligência e na sabedoria do povo português. Este debate pode concluir-se desta forma: há uma maioria e um Governo a olhar para o futuro e há uma oposição e um Partido Socialista a olhar para o passado, mas há uma conclusão que a avaliação dos portugueses, estou convicto, vai formular e que é muito simples: Portugal está, de facto, em boas mãos.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para a intervenção de encerramento, tem agora a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças** (Maria Luís Albuquerque): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2015 tem sido objeto de intenso debate parlamentar nas últimas semanas e o Governo acredita que o resultado da discussão permitiu melhorá-la, preservando em simultâneo o seu principal objetivo: apoiar a recuperação com responsabilidade.

Reitero nesta ocasião que, com o Orçamento do Estado para 2015, Portugal sairá do procedimento por défice excessivo, ao atingir um défice inferior a 3% do produto interno bruto.

Sendo certo que a consolidação orçamental tem ainda muito caminho para percorrer, não posso deixar de assinalar a importância deste Orçamento para a reafirmação da determinação do País em cumprir com as regras associadas à participação na moeda única.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A discussão do primeiro Orçamento do pós-programa que tem ocupado esta Assembleia, mas que também se tem estendido à sociedade, não se deve cingir apenas ao quadro temporal a que se refere.

O primeiro Orçamento pós-programa marca o início de um novo ciclo e deve, por isso, lançar o debate sobre as perspetivas de longo prazo para Portugal, perspetivas que deixaram de estar condicionadas por um Memorando exigente e pelo contexto de emergência dos últimos anos, graças à determinação de todos os portugueses, mas perspetivas ainda marcadas por importantes desafios que importa reconhecer.

Ao longo das últimas semanas, as vozes mais críticas repetiam que para o Governo, afinal, nada mudou desde maio. Na verdade, talvez não quisessem aceitar exatamente o que significa o final do programa: significa mais autonomia, sem dúvida, mas significa também um conjunto de progressos alcançados com muito esforço e credibilidade arduamente recuperada; significa que Portugal tem mais a perder e tem, por isso, responsabilidade acrescida, tem o dever de preservar as conquistas coletivas.

A proposta de Orçamento para 2015 reveste-se assim do mesmo rigor que caracterizou as anteriores propostas deste Governo, mas é também adequada ao momento atual, em que a emergência financeira deu lugar à recuperação da atividade económica e à melhoria das condições do mercado de trabalho.

A proposta de Orçamento, em conjunto com outras iniciativas em diplomas autónomos, tem presente a importância de iniciar a reversão gradual das medidas de carácter transitório e de desagrar os sacrifícios exigidos aos portugueses nos últimos três anos, com prudência e sensatez, para que as melhorias sejam sustentadas, e acima de tudo, para que não sejam revertidas.

Esta alteração de circunstâncias será particularmente relevante para as famílias que deverão registar um aumento do poder de compra em 2015.

A extinção da contribuição extraordinária de solidariedade no seu atual desenho e a reversão parcial da redução remuneratória em vigor resultarão num aumento de rendimento de muitos pensionistas e trabalhadores do setor público.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — São uns mãos largas!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças**: — O aumento do salário mínimo nacional, a nova atualização das pensões mínimas sociais e rurais e, de um modo geral, a própria recuperação do mercado de trabalho serão benefícios decisivos e tangíveis para os portugueses que auferem menores rendimentos.

Em 2015, também as empresas contarão com uma melhoria do seu contexto de atuação. Correspondendo à expectativa criada com a reforma do IRC, proceder-se-á à redução da taxa de imposto para 21%.

A estabilidade e previsibilidade fiscais são elementos fundamentais na promoção do investimento, que por sua vez é o motor da recuperação económica, através do seu papel na criação de emprego e riqueza.

A economia beneficiará ainda do efeito conjunto das reformas da fiscalidade verde e do IRS. Os objetivos decisivos destas reformas são a promoção do crescimento verde, apostando simultaneamente na sua sustentabilidade económica e ambiental, e a simplificação profunda do IRS, utilizando também a sua estrutura para assegurar a proteção da família e valorizar o trabalho e o mérito.

De facto, não tendo sido ainda possível proceder a um desagramento imediato da sobretaxa de IRS, a proposta de reforma apresentada pelo Governo introduz alterações importantes que permitirão desagrar a carga fiscal de muitas famílias.

Em conjunto, a manutenção do rigor do ajustamento e as iniciativas de apoio à recuperação da economia e da confiança permitirão atingir novos resultados decisivos para o País. Em 2015, Portugal deverá registar não só um défice orçamental inferior a 3% como um excedente orçamental primário de 2,2% do PIB, o terceiro excedente primário consecutivo e o maior excedente primário das duas últimas décadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O rácio da dívida pública em termos brutos deverá diminuir pelo segundo ano consecutivo, situando-se em 123,7% do PIB no final de 2015, mantendo ainda assim importantes reservas de liquidez que permitem enfrentar com tranquilidade a incerteza das condições de mercado.

O crescimento anual do PIB deverá acelerar para 1,5%, assentando em contributos positivos da procura interna e da procura externa líquida, e a taxa de desemprego, embora se mantenha em níveis ainda muito

elevados, não deverá situar-se acima de 13,4% em 2015, uma previsão prudente, tendo presente que o último valor registado é já significativamente inferior.

O ciclo que iniciamos com o Orçamento do Estado para 2015 é o terceiro pós-programa da nossa história democrática. O ciclo que iniciamos não assinala assim nem a primeira nem sequer a segunda vez que ultrapassamos períodos difíceis, sempre com determinação, flexibilidade e capacidade de atingir resultados em pouco tempo.

Portugal já provou que o esforço coletivo em reação a crises é eficaz mas ainda não demonstrou ser capaz de manter esse mesmo empenho reformista em circunstâncias mais favoráveis e, como tal, não foi capaz de evitar que novas crises surgissem.

No passado, faltou-nos a atuação preventiva, isto é, faltou-nos atuar para evitar que precisássemos de um novo programa. Em vez de centrar os esforços apenas na sua boa execução, faltou-nos uma disciplina permanente e autodeterminada, para precaver uma disciplina externa e imposta. Temos hoje uma oportunidade única para inverter esta tendência.

É quando a economia recupera e as exigências são menos visíveis que verdadeiramente se impõe ser responsável e é quando quem foi eleito para tomar decisões é efetivamente posto à prova. É quando voltamos a ter mais opções que quem governa deve assegurar o equilíbrio entre a recuperação da confiança e a manutenção das condições necessárias para a recuperação sustentada da economia.

A atuação preventiva depende, antes de mais, da identificação dos problemas que conduziram à crise e das lições que aprendemos ao iniciar a sua correção.

As causas últimas da crise são hoje bem conhecidas. Decorrem da acumulação de desequilíbrios macroeconómicos de grande dimensão, resultantes da impreparação para os desafios da moeda única e do incumprimento das regras associadas, desafios e regras resultantes em restrições que não eram evidentes mas que sempre estiveram subjacentes e que se manifestaram de forma abrupta logo após a crise financeira global.

Nesse momento, Portugal não só falhara na atuação preventiva, estando particularmente vulnerável no momento mais crítico, como não soube aplicar uma atuação corretiva eficaz, optando por seguir os estímulos decididos para a Europa quando a sua fragilidade decorria precisamente da incapacidade de sustentar a procura interna e de gerar riqueza a partir da despesa pública.

O resultado foi a inevitabilidade de um pedido de assistência externa, que importa no entanto reconhecer que impediu um ajustamento que teria sido ainda mais abrupto caso não fosse acompanhado de financiamento oficial ou do tempo que esse financiamento deu ao País para proceder às reformas e recuperar credibilidade.

Após a conclusão bem sucedida do programa de ajustamento, o balanço é positivo em todas as dimensões, ainda que os seus custos permaneçam presentes.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Ainda vão pedir uma medalha a Belém!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças**: — O esforço de consolidação orçamental já permitiu reduzir o défice para menos de metade, registar o primeiro excedente primário desde 1997 e completar um ajustamento estrutural de aproximadamente 6 pontos percentuais até ao fim do ano de 2013.

Estes progressos estão a avançar em 2014, como comprovam os dados da execução orçamental, e deverão manter-se em 2015, com o Orçamento do Estado que hoje se vota.

Realço que a despesa pública atingirá, entre 2010 e 2015 uma redução global de 7,8 mil milhões de euros, invertendo uma tendência de crescimento persistente pelo menos desde 1995. Caso se tivesse mantido o crescimento anual médio de 6% registado até 2010, a despesa pública atingiria no próximo ano cerca de 126 000 milhões de euros, mais 40 000 milhões de euros do que se prevê hoje para 2015.

Em paralelo, a reforma do processo orçamental e a reforma fiscal permitiram reforçar a disciplina orçamental e aumentar a transparência, contribuindo para maior estabilidade e previsibilidade das contas públicas.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Como é possível dizer uma coisa destas?!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças**: — O ajustamento externo tem sido igualmente importante, assegurando o registo de uma capacidade líquida de financiamento face ao exterior de 1,3% do PIB em 2013, e este excedente externo deverá aumentar para 1,5% do PIB em 2014, mantendo-se esse nível no próximo ano.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Como é possível?! Como é que possível dizer uma coisa destas?!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças**: — No plano financeiro, destaco que Portugal conseguiu passar de uma situação de bancarrota eminente em 2011 para um acesso estável e regular ao financiamento de mercado, tendo-se já retomado a execução frequente de leilões de obrigações do Tesouro.

Em paralelo, o abrangente e ambicioso programa de reformas estruturais em curso permitiu construir uma economia mais aberta, dinâmica e flexível, criando vantagens competitivas duradouras e melhorando a sustentabilidade do setor público.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O caso da TAP é flagrante!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças**: — Ainda que o pleno efeito das reformas apenas se faça sentir no médio e no longo prazos, alguns dos resultados são já visíveis.

Este esforço global abriu caminho à retoma da atividade económica e à melhoria das condições no mercado de trabalho desde meados de 2013.

Em termos trimestrais, o PIB retomou a trajetória de crescimento e continua a recuperar desde então.

Os dados do INE para o 3.º trimestre de 2014 indicam um crescimento homólogo de 1%, acelerando face ao 2.º trimestre do ano e em linha com a estimativa do Governo para o crescimento anual.

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego tem vindo a diminuir de forma persistente, de um máximo de 17,5% no 1.º trimestre de 2013 para um valor de 13,1% no 3.º trimestre deste ano, uma descida acumulada de 4,4 pontos percentuais.

Em paralelo, a população desempregada tem vindo a diminuir e a população empregada continua a aumentar.

O programa de ajustamento permitiu assim iniciar a correção dos desequilíbrios acumulados e, em paralelo, recuperar a credibilidade perdida. Mas o ajustamento não está concluído e a credibilidade não pode nunca ser dada como adquirida.

O País tem agora a autonomia para escolher uma de duas opções: cingir-se ao muito que já foi feito e admitir que as restrições terminaram com o programa, ou reconhecer que ainda há muito por fazer e enfrentar os desafios.

A escolha cabe aos portugueses, mas parece-me importante explicitar as consequências de ambas as opções — as consequências últimas e não apenas as de curto prazo.

A primeira opção significaria ignorar a evolução da economia portuguesa nos últimos 20 anos e manter a inconstância de propósito que marcou os anteriores períodos de pós-programa. Traduziria ainda uma memória particularmente curta, pois a gravidade dos acontecimentos em 2011 trouxe importantes lições que não podem ser ignoradas.

Em primeiro lugar, a restrição financeira é perene, ainda que nem sempre evidente. Não decorre apenas dos compromissos europeus, nem mesmo da disciplina de mercado, mas sobretudo da importância da sustentabilidade das finanças públicas para a sustentabilidade do próprio crescimento económico.

Em segundo lugar, a adesão à moeda única trouxe importantes oportunidades, que importa aproveitar, mas também maiores desafios, nomeadamente a necessidade de reforçar a competitividade num ambiente mais concorrencial, sem recurso à política cambial, exigindo assim uma adaptação do modelo de crescimento e da estrutura da economia face à realidade anterior.

A repetição do comportamento da primeira década do euro seria, na melhor das hipóteses, um paliativo no curtíssimo prazo mas resultaria numa crise de ainda maiores proporções no futuro. Em particular, o reforço do modelo de governação europeu implicaria objetivamente sanções e, acima de tudo, uma perda significativa de credibilidade que, em paralelo com a disciplina orçamental, teria as repercussões que, infelizmente, já conhecemos nas condições de financiamento.

Por sua vez, opções que passassem pelo não pagamento da dívida gerariam uma dinâmica verdadeiramente destrutiva, em que o equilíbrio orçamental seria imediato, por ser forçado, mas em que os custos sociais seriam ainda maiores pela impossibilidade de assegurar as funções do Estado sem financiamento.

A segunda opção, de reconhecer o muito que está por fazer e enfrentar os desafios, é a opção pela responsabilidade e enquadra-se na atuação preventiva que se impõe se verdadeiramente queremos aproveitar este momento para concretizar uma mudança de rumo no País.

A verdade é que os desafios que persistem podem não parecer tão prementes, agora que recuperámos acesso ao financiamento de mercado, mas rapidamente se transformarão em condicionantes caso sejam subestimados.

A segunda opção tem uma única concretização subjacente: consolidar os resultados obtidos mantendo o mesmo empenho reformista que permitiu alcançá-los.

Os resultados obtidos até agora foram, de facto, importantes e devem ser reconhecidos. Não podem, porém, ser entendidos como um ponto de chegada, pois constituem apenas o final da primeira etapa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra de Estado e das Finanças:** — A dívida pública irá iniciar uma trajetória descendente mas permanece num nível elevado. A desalavancagem no setor privado já se iniciou mas levará tempo a concluir. A escassez de capital no País é uma restrição objetiva à capacidade de investimento. O ajustamento externo foi significativo mas tem de prosseguir, agora numa conjuntura internacional que ainda se reveste de grande incerteza e numa fase em que a recuperação da procura interna tem impacto nas importações.

As condições de financiamento do Tesouro melhoraram significativamente mas estão sujeitas a uma disciplina de mercado cada vez mais atenta e ainda não se repercutiram plenamente na economia. A atividade económica está a recuperar mas a transição efetiva para o crescimento sustentado e criador de emprego exige a manutenção do esforço.

O programa de ajustamento não afastou estes desafios. Tornou-nos, sem dúvida, mais capazes de os enfrentar, colocou-nos mais perto de os superar e evidenciou que o cumprimento e a responsabilidade dão lugar a um ciclo virtuoso de resultados e de credibilidade.

Para podermos continuar a beneficiar deste ciclo teremos de manter este caminho, um caminho de ambição, ancorado numa determinação permanente e crescente de reformar o País para o adaptar a uma realidade que é cada vez mais dinâmica.

Este caminho não será isento de custos nem de riscos, mas reveste-se de esperança, pois poderá, efetivamente, trazer um futuro de maior estabilidade e de maior prosperidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Contrasta com o facilitismo do passado que, comprovadamente, resultou numa sucessão de crises.

O País tem autonomia para escolher entre estas opções e tem o dever de escolher com responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente:** — Encerra-se aqui o debate sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 2015.

Srs. Deputados, vamos dar início às votações, mas, antes, peço a todos os Srs. Deputados que se registem no sistema eletrónico.

Pausa.

O quadro eletrónico regista 223 Deputados. Há algum Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, de Os Verdes ou do PCP que não tenha conseguido registar-se?

Pausa.

Não conseguiram registar-se, do PS, a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros e o Sr. Deputado Renato Sampaio e, do PSD, o Sr. Deputado Miguel Santos.

Assim, às 223 presenças registadas no quadro eletrónico acrescentam-se 3, perfazendo 226 Deputados presentes na Sala, temos, portanto, quórum de votações.

Srs. Deputados, começamos por votar, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à proposta de lei n.º 253/XII (4.^a) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos agora à votação final global da proposta de lei n.º 254/XII (4.^a) — Aprova o Orçamento do Estado para 2015.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e dos Deputados do PSD Correia de Jesus, Francisco Gomes, Guilherme Silva e Hugo Velosa e a abstenção do Deputado do CDS-PP Rui Barreto.

Declaro que exerci o direito de voto nestas duas votações, no mesmo sentido do da bancada do PSD.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, termina aqui o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Barreto.

O Sr. **Rui Barreto** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, é apenas para informar que apresentarei uma declaração de voto.

A Sr.^a **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes.

O Sr. **Francisco Gomes** (PSD): — Sr.^a Presidente, é para informar que os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira também irão apresentar uma declaração de voto.

A Sr.^a **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Sr.^a Presidente, é para anunciar que os Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e que são igualmente membros das estruturas laborais dos respetivos partidos,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O CDS também tem essas estruturas?!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — ... a saber, os Trabalhadores Social-Democratas e a Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos — Pedro Roque, Artur Rêgo, Mendes Bota, Maria das Mercês Borges, Arménio Santos, Bruno Vitorino, Laura Esperança, Maria Ester Vargas e Maria Isilda Aguincha —, irão apresentar uma declaração de voto relativamente à proposta de Orçamento do Estado agora aprovada.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Vão riscar-se do partido!

A Sr.^a **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, não há mais inscrições, pelo que termina aqui o debate.

Cumprimentos o Sr. Primeiro-Ministro, os Membros do Governo e os Srs. Deputados, desejando a todos muito boa-tarde.

Está encerrada a sessão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Eram 13 horas e 23 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas à votação final global da proposta de lei n.º 254/XII (4.ª):

Votámos, com o Grupo Parlamentar do PSD, a favor da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para 2015.

Mantêm-se, para o próximo ano, muitas medidas restritivas e de austeridade, decorrentes do grande descalabro nas contas públicas, causado pelo anterior governo da República, da responsabilidade do PS e do Primeiro-Ministro José Sócrates, que o atual Governo PSD/CDS está trabalhando para corrigir.

Mas há também no Orçamento do Estado 2015 medidas incentivadoras da economia nacional, com destaque para a baixa do IRC, que visam ajudar empresas a criarem postos de trabalho; bem como medidas de desagravamento fiscal das famílias, em função dos filhos ou outras pessoas a cargo, o que é um sinal de merecida atenção às dificuldades generalizadas entre a população portuguesa; e ainda a redução dos cortes dos salários dos funcionários públicos e das pensões, o que aumentará o rendimento disponível dos particulares e, portanto, o consumo, animando assim a economia.

Por proposta nossa, subscrita também pelos líderes parlamentares do PSD e do CDS, a Lei das Finanças Regionais (LFR) foi alterada, de modo a retomar-se o diferencial fiscal de 30% em IRS, IRC, IVA e outros impostos.

O PSD/Açores sempre foi contra a redução do diferencial fiscal para 20%, consagrada no Memorando da troica que o Governo PS negociou *in extremis*. O seu líder, Duarte Freitas, foi particularmente firme nessa contestação.

Por termos votado contra a alteração da LFR que determinou, entre várias outras disposições anti-autónomicas provenientes da LFR socratiana de 2007, a redução do dito diferencial, fomos vítimas de um processo disciplinar ordenado pelos órgãos nacionais do PSD, que não tiveram outro remédio senão arrumá-lo de qualquer maneira quando ficou claro que iríamos levar qualquer punição que nos fosse imposta até ao Tribunal Constitucional, em defesa da nossa dignidade moral e da nossa liberdade de consciência e de voto, valores consagrados na Constituição da República Portuguesa. Vemos agora, com satisfação, reconhecidas as nossas razões.

Não apoiámos propostas oportunistas apresentadas por partidos da oposição por sabermos bem que a regra sobre o cálculo da comparticipação anual do Orçamento do Estado para o orçamento regional foi alterada em 2013, não por causa da redução do diferencial fiscal mas, sim, porque a LFR voltou ao princípio da capitação para partilha do IVA, eliminando a regra socratiana do local da cobrança, o que significou um apreciável aumento das receitas tributárias regionais, e isso não está agora minimamente posto em causa.

Fazemos votos para que todos os açorianos — cidadãos e cidadãs, famílias e empresas — possam beneficiar quanto antes da redução de impostos, assim facultada, cuja aplicação cabe aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Os Deputados do PSD/Açores, Mota Amaral — Joaquim Ponte — Lídia Bulcão.

Os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira, abaixo assinados, votaram contra, na votação final global, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2015, pelas razões seguintes:

1 — Constitui compromisso eleitoral dos signatários colocar, sempre e em todas as circunstâncias, a Madeira acima do Partido, o que significa que, estando em causa a Região, tal pode implicar a subalternização da disciplina partidária e a prevalência dos interesses dos madeirenses e porto-santenses.

2 — Naturalmente que um instrumento como é a Lei do Orçamento do Estado veicula opções, quer de carácter geral, quer no âmbito de normas específicas respeitantes às regiões autónomas, que incidem sobre a vida das populações insulares.

3 — Por assim ser, aquando da votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 254/XII (4.ª), os signatários votaram favoravelmente, dando à maioria e ao Governo o benefício da dúvida, mas fizeram-no sob a reserva de condicionarem a sua posição de voto na votação final global à evolução e melhoria do Orçamento do Estado na especialidade, em particular no que à Região Autónoma da Madeira diz respeito, e ao maior ou menor acolhimento das suas propostas.

4 — Impunha-se, pois, nesta fase final, proceder, com total transparência e assunção da defesa intransigente do efetivo interesse das populações da Madeira e do Porto Santo, à avaliação dos resultados alcançados na especialidade, numa ótica, acima de tudo, substantiva e qualitativa.

5 — Das sete propostas apresentadas, os signatários viram viabilizadas, as seguintes:

garantia de compensação do serviço regional de saúde dos montantes que lhe são devidos, por serviços prestados, na Região, a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde;

alargamento do subsídio de mobilidade ao transporte marítimo, nas ligações entre a Região e o Continente;

garantia de reembolso, pelo Estado, em 2016, da sobretaxa do imposto sob o rendimento de pessoas singulares, a título de crédito fiscal, aos contribuintes da Região, desonerando disso o orçamento regional, já que tal receita tem revertido para o Estado.

6 — Ao invés, não mereceram acolhimento as seguintes propostas:

a clarificação dos n.ºs 3 e 4 do artigo 139.º da proposta de lei n.º 254/XII (4.ª), no sentido de ser assegurado que, em função do apuramento do PIB regional de 2014, haveria o necessário reforço de verbas para conferir à Região Autónoma da Madeira os valores que lhe cabem a título do Fundo de Coesão;

a proposta que permitiria a redefinição no âmbito dos projetos a financiar ao abrigo do artigo 6.º da Lei n.º 2/2010, de 16 de junho, em termos de proporcionar a conclusão de obras em curso e o lançamento de novos equipamentos;

a proposta que assegurava a adequada tributação do tabaco fabricado por pequenas empresas, nas regiões autónomas, de modo a não serem vítimas de concorrência, de forma desleal, por parte de marcas nacionais e estrangeiras, as quais são objeto de escandaloso protecionismo, por este Orçamento do Estado, pondo-se em risco a subsistência das pequenas indústrias de tabaco regionais e os postos de trabalho que asseguram;

a rejeição da proposta relativa à clarificação de que ficaria assegurada a adoção pelo Governo da República de iniciativa legislativa imediatamente após a aprovação pela Comissão Europeia do IV Regime da Zona Franca da Madeira, de forma a garantir a sua entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015, conferindo segurança e estabilidade às empresas sediadas no Centro Internacional de Negócios.

7 — Chegados aqui torna-se evidente que, infelizmente, o benefício da dúvida dado com o voto favorável, na generalidade, não teve o ganho de causa que era legítimo esperar e constituía obrigação dos Deputados do PSD/Madeira assegurar em benefício da Região, sendo certo que as suas legítimas pretensões em nada colidem com o interesse nacional, antes se inseriam no dever de solidariedade constitucionalmente consagrado, reforçando a unidade do Estado.

8 — Acresce ainda que, tal qual se havia já salientado na declaração apresentada na votação na generalidade, o entendimento que a RAM tem veiculado, através do Governo Regional e por via do PSD/Madeira, vai no sentido de priorizar o estímulo à economia, ao crescimento, ao investimento e ao combate ao desemprego, aspetos que, no nosso entender, não estão acautelados no Orçamento do Estado para 2015, na medida e extensão desejáveis.

9 — Aliás, os signatários sempre se inclinaram para soluções que aliviassem, de forma mais expressiva, a austeridade, privilegiassem cortes de despesa que fossem socialmente menos penalizadores e, ao mesmo tempo, fosse assegurada alguma margem para o investimento público, ainda que seletivo e preferencialmente reprodutivo, de modo a fomentar mais emprego.

10 — Estas são, pois, as razões que, a contragosto e lamentando que não tenha sido possível, designadamente a solução sucedânea de, por via de formalização escrita por parte de membro do Governo que a isso se havia comprometido, ser clarificada a interpretação de norma da Lei do Orçamento (artigo 139.º), essencial para a Região Autónoma da Madeira, obrigaram os Deputados signatários a votar contra a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2015.

Os Deputados do PSD, *Guilherme Silva — Correia de Jesus — Hugo Velosa — Francisco Gomes*.

1.— Os Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP abaixo assinados votaram favoravelmente a proposta de lei suprarreferida (OE 2015).

2 — Os referidos Deputados entendem que continua a existir a efetiva necessidade, por parte do Estado, de prosseguir no esforço de consolidação das contas públicas de acordo com os compromissos internacionais de Portugal, mormente o Tratado Orçamental, numa altura em que o País venceu com sucesso a difícil provação que constituiu o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) negociado com a troica.

3 — De facto, nunca poderemos deixar de ter em conta que, em maio de 2011 e ainda na vigência do Governo do Partido Socialista, não restou outra alternativa a Portugal que não fosse pedir a ajuda internacional para conseguir pagar salários, pensões e assegurar as funções essenciais do Estado. O nosso País esteve então muito perto de uma situação de falência desordenada e apenas o PAEF, acordado com a troica, impediu a bancarrota e assegurou ao País um patamar mínimo de normalidade financeira, económica e social.

4 — É de realçar o facto de hoje, passados mais de três anos, se poder proceder à reposição de parte dos sacrifícios efetuados ao nível dos pensionistas e dos funcionários públicos, à atualização do salário mínimo nacional e de estarmos em condições de acomodar uma reforma do IRS amiga das famílias numerosas.

5 — Os referidos Deputados têm, de igual modo, em conta que o Orçamento do Estado 2015 representa o regresso pleno do País aos mercados internacionais de obrigações, a consolidação da fase de crescimento económico sustentável conducente a um futuro de maior esperança para todos os portugueses e a redução sustentada do desemprego como o demonstram claramente o cenário macroeconómico apresentado e que é corroborado pelas diferentes previsões das instituições nacionais e internacionais.

6 — Muito embora estejamos bem conscientes dos desafios subjacentes à execução do Orçamento do Estado 2015 não poderemos deixar de evidenciar aspetos nele contidos que, pensamos, virão a ter algumas repercussões sociais que desejaríamos ver revertidas ou atenuadas.

7 — Assim, os Deputados signatários discordam do teor do artigo 77.º, em que, nas empresas do sector público empresarial com resultados negativos, continua suspenso o pagamento aos trabalhadores reformados de complementos às pensões, embora, em sede de especialidade na proposta aprovada, se tenha evoluído, possibilitando acordos ao nível das empresas para ultrapassar a questão.

8 — Ora, acontece que todas as empresas europeias de transportes urbanos apresentam resultados líquidos negativos, o que se justifica pela circunstância dos valores das tarifas praticadas terem em conta o facto de serem operadores que prestam um serviço público essencial e, de igual modo, ser o Estado que define os objetivos destas empresas e determina a sua política tarifária, no entendimento de que as tarifas praticadas nas redes urbanas de grandes cidades têm sempre uma componente social que não permite cobrir totalmente os custos operacionais das empresas.

9 — Assim, a discordância dos Deputados signatários assenta na circunstância de esta medida acarretar consequências financeiras sérias para os trabalhadores reformados e pensionistas das empresas que se encaixam em concreto nesta situação e a quem continuam a ser solicitados, deste modo, níveis de sacrifício superiores aos demais cidadãos.

10 — Acresce ainda a esta disposição a manutenção das atuais restrições referentes às concessões contratuais aos trabalhadores e antigos trabalhadores do sector dos transportes, o que continua a representar, para estes e para as suas famílias, um esforço financeiro acrescido.

Os Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD *Pedro Roque — Mendes Bota — Maria das Mercês Soares — Arménio Santos — Bruno Vitorino — Laura Esperança — Maria Ester Vargas — Isilda Aguincha*, e do CDS-PP, *Artur Rêgo*.

Nota: A declaração de voto anunciada pelo Deputado do CDS-PP *Rui Barreto* não foi entregue no prazo previsto no n.º 3 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.

Relativa ao projeto de resolução n.º 1023/XII (3.ª) — Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), (Os Verdes) [votado na reunião plenária de 2 de maio de 2014 — DAR I Série n.º 80 (2014.05.03) — 3.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura]:

O Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto — Lei da Organização do Sistema Judiciário —, representa o modelo de desenvolvimento da estrutura do sistema judiciário, à qual se reconhece a mais-valia de aproximar alguns dos tribunais de competência especializada dos cidadãos, numa relação de proximidade, aumentar a eficiência e a rapidez das decisões, por via da concentração administrativa e de recursos humanos.

Consideram os Deputados subscritores desta declaração que o modelo de reorganização adotado no distrito de Santarém não é o mais adequado, que a reorganização com base nos distritos, e não em NUTS II, não é a mais justa e equilibrada, não representando por isso a solução que melhor poderia servir os cidadãos.

Estando o Governo a executar um plano equilibrado de concentração de serviços públicos nos territórios de baixa densidade, contratualizando com as autarquias os custos administrativos destes serviços, não compreendem os Deputados signatários desta declaração que nos concelhos em que foram encerrados os tribunais, à semelhança do que aconteceu noutros concelhos do distrito e do País, não tenham sido mantidas secções de proximidade.

Recordamos que pelo menos duas das autarquias do distrito de Santarém, designadamente Mação e Ferreira do Zêzere, manifestaram ao Ministério da Justiça a sua disponibilidade para, através de protocolo com a tutela, assumirem os custos da operação nos respetivos concelhos.

Os Deputados subscritores desta declaração acompanharam a orientação de voto do Grupo Parlamentar, porque concordam com a generalidade e pressupostos da reforma, mas discordam da solução adotada no distrito de Santarém na reorganização dos tribunais e da não manutenção de secções de proximidade.

Os Deputados do PSD, *Duarte Filipe Marques — Nuno Serra — Isilda Aguincha*.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.